

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE LETRAS
DEPARTAMENTO DE LINGUÍSTICA, PORTUGUÊS E LÍNGUAS CLÁSSICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUÍSTICA
MESTRADO EM LINGUÍSTICA

**CONCORDÂNCIA VERBAL E HIERARQUIA DE PESSOA DA LÍNGUA
GUAJÁ: UMA ANÁLISE GERATIVISTA**

MANUELA LUNA SOUSA WANDERLEY GUARINO

BRASÍLIA - DF

2015

MANUELA LUNA SOUSA WANDERLEY GUARINO

**CONCORDÂNCIA VERBAL E HIERARQUIA DE PESSOA DA LÍNGUA
GUAJÁ: UMA ANÁLISE GERATIVISTA**

Dissertação apresentada ao Departamento de
Linguística, Português e Línguas Clássicas da
Universidade de Brasília como requisito parcial
para obtenção do título de Mestre em Linguística.

Orientadora: Dr^a. Eloisa Nascimento Silva Pilati

BRASÍLIA - DF

2015

À minha mãe, Ana Rita Luna Sousa.

AGRADECIMENTOS

A Deus (Pai, Filho e Espírito Santo) pelo amor único e incondicional.

À minha orientadora, Eloisa Pilati, pela oportunidade, pelas orientações e pelos ensinamentos acadêmicos que permanecerão comigo.

Aos professores, Rozana Naves, Helena Guerra, Marcus Lunguinho, pelos conteúdos ministrados durante esses dois anos de Mestrado.

À professora Heloisa Salles pelas orientações na qualificação e no decorrer do Mestrado.

À professora Marina Magalhães, em especial, pelos conhecimentos generosamente passados, pela paciência e pela disponibilidade sem restrições. Mesmo estando de licença maternidade, a professora ajudou-me a entender o funcionamento dessa língua tão peculiar: o Guajá.

À professora Danielle Grannier, pela presteza.

À Ângela e à Renata, pela atenção que sempre tiveram comigo nos atendimentos na secretaria do PPGL.

À CAPES, pela bolsa concedida.

À minha amiga Letícia da Cunha, companheira do Estágio Supervisionado, pelo apoio em todos os momentos, inclusive nos mais difíceis.

Ao meu amigo Jonathan Furtado, pelo companheirismo, pelas conversas e pelas constantes ajudas.

À minha amiga Márcia Mendes, pelo incentivo e apoio.

Ao querido Antônio Regis de Moraes e Sousa que, carinhosamente, ensinou-me sobre a cultura indígena e disponibilizou um vasto material sobre os índios.

Aos meus amigos Alex Mendes, Nayara Carvalho, Cláudia Adriana e Fátima Schinini, pela amizade, incentivo aos estudos e apoio nos momentos mais difíceis.

À minha mãe, Ana Rita Luna Sousa, minha maior incentivadora.

À minha irmã, Marianna Luna Sousa Rivetti, modelo de disciplina e dedicação aos estudos.

Aos meus sobrinhos, Leonardo e Gustavo, que só de existirem trazem luz à minha vida e me motivam a prosseguir.

Ao meu amado André Mendes, meu porto seguro, que sempre me contagia com seu humor e otimismo.

***“O que vale na vida não é o ponto de partida e sim a caminhada.
Caminhando e semeando, no fim terás o que colher.”
Cora Coralina***

RESUMO

O presente trabalho, desenvolvido sob a perspectiva da Teoria Gerativa, examina o funcionamento do sistema de concordância verbal e da hierarquia de pessoa na língua Guajá. Os objetivos do trabalho são: (i) apresentar o funcionamento da concordância no Guajá, (ii) apresentar as relações sobre a hierarquia de pessoa e o sistema de concordância no Guajá e (iii) contribuir para as investigações dos fenômenos de concordância nas línguas naturais. A pesquisa, que se baseia na análise dos dados apresentados em Magalhães (2002, 2007) e Magalhães & Mattos (2014), apresenta uma análise gerativista para a análise descritiva das autoras, que defendem que o Guajá é uma língua pertencente ao padrão Intransitivo-Absolutivo e que argumentos internos de verbos e nomes são antecidos por um morfema relacional. Para argumentar a favor das hipóteses postuladas, foram utilizados os estudos de Dixon (1994), Chomsky (1995), Storto (1999), Aldridge (2008), Sandalo (2009), Freitas (2011) e Coon (2012).

Palavras-chave: concordância; hierarquia de pessoa; língua Guajá; padrão Intransitivo-Absolutivo.

ABSTRACT

This work, developed from the perspective of Generative Theory (Chomsky,1995) reviews the functioning of verbal agreement system and the hierarchy of person in the Guajá language. The research objectives are: (i) systematize the functioning of the agreement in Guajá, (ii) establish relationships on the Hierarchy of Person and the agreement system in Guajá and (iii) contribute to the investigations of the agreement phenomena in human languages. The research is based on analysis of data presented in Magalhães (2002, 2008) and Magalhães & Mattos (2014). It presents a generative analysis for the descriptive analysis of Magalhães & Mattos (2014), who argue that the Guajá is a language belonging to Intransitive-Absolutive system (cf. Dixon 1994) and that internal arguments of verbs and names are preceded by a relational morpheme. In order to argue in favor of the postulated hypotheses, were used studies of Storto (1999), Aldridge (2008), Sandalo (2009), Freitas (2011) and Coon (2012).

Keywords: agreement; hierarchy of person; Guajá language; intransitive-absolutive system.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
CAPÍTULO 1 PRESSUPOSTOS TEÓRICOS.....	12
1.0 Introdução	12
1.1. Faculdade da Linguagem	13
1.2. Programa Minimalista.....	14
1.3 Considerações sobre o fenômeno da Concordância	19
CAPÍTULO 2 A MORFOSSINTAXE DA LÍNGUA GUAJÁ.....	26
2.0 Introdução	26
2.1 Descrição das classes de palavras no Guajá	27
2.1.1 A Classe dos Nomes.....	27
2.1.2 A Classe dos Verbos	30
2.2. Pronomes no Guajá.....	34
2.2.1 Flexão Relacional	399
2.2.2 Flexão de tempo, modo e pessoa	40
2.3 A análise de Magalhães (2007) e Magalhães & Mattos (2014) para o alinhamento dos argumentos verbais	44
CAPÍTULO 3 CONCORDÂNCIA E HIERARQUIA DE PESSOA NO GUAJÁ.....	50
3.0 Introdução	50
3.1 Considerações sobre ergatividade.....	50
3.2 O Guajá como língua ergativa	54
3.3 Considerações sobre a hierarquia de pessoa e cisão da ergatividade no Guajá	60
3.4 Algumas observações sobre o morfema relacional	66
3.5 Considerações finais	69
CONSIDERAÇÕES FINAIS	70
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	72

INTRODUÇÃO

O Guajá é a língua materna do povo que se autodenomina Awá, termo que significa “homem”, “pessoa” ou “gente”. Atualmente, os awás vivem no noroeste do Estado do Maranhão e na pré-Amazônia brasileira constituindo um dos últimos povos caçadores e coletores no Brasil. Além dos aldeados pela Fundação Nacional do Índio (Funai), um certo número de Guajás vivem na floresta, sem contato permanente com a sociedade regional e, conforme Siasi e Sesai (2012), a população Guajá é de 365 pessoas. A língua Guajá pertence ao subgrupo VIII da família linguística Tupí-Guaraní. Até o presente momento, poucos estudos foram realizados sobre a língua, constando publicados a dissertação de Cunha (1987), a dissertação e tese de Magalhães (2002, 2007), a dissertação de Nascimento (2008) e a dissertação de Mattos (2015).

O presente trabalho, desenvolvido sob a perspectiva da Teoria Gerativa, examina o funcionamento do sistema de concordância verbal e da hierarquia de pessoa na língua Guajá. A partir dos dados do Guajá, extraídos da tese de Magalhães (2007), e do arcabouço teórico dos estudos gerativistas, de base minimalista, foi feita a proposta de análise desta dissertação, que tem como objetivos específicos: (i) apresentar o funcionamento da concordância no Guajá, (ii) apresentar as relações sobre a hierarquia de pessoa e o sistema de concordância no Guajá e (iii) contribuir para as investigações dos fenômenos de concordância nas línguas naturais.

A presente dissertação está organizada em três capítulos. No capítulo 1, será apresentado o modelo teórico no qual esta dissertação está inserida, o Programa Minimalista da Teoria gerativa (cf. Chomsky 1993, 1995, 2000, 2001). Primeiramente, vai ser exposto o pressuposto que norteia toda a Teoria Gerativa, a Faculdade da Linguagem. Em seguida, será detalhado, brevemente, o modelo teórico mais recente da teoria gerativista, o Programa Minimalista. Logo após, vai ser discutido o fenômeno de concordância, por meio da proposta de Corbett (2006), de Chomsky (2000, 2001) e Miyagawa (2010). Corbett (2006) busca uma definição coerente para o que é concordância e exemplifica e hierarquiza seus diferentes tipos. Chomsky (2000, 2001) traz à luz a operação *Agree*, responsável pela checagem dos traços que serão interpretados nas interfaces. Miyagawa (2010) faz uma discussão para definir o propósito da concordância. Ademais, também serão apresentados os conceitos teóricos que serão utilizados no decorrer da pesquisa tais como: seleção argumental e atribuição de papel temático.

No capítulo 2, por sua vez, será apresentada a descrição da morfossintaxe do Guajá elaborada por Magalhães (2007) e reapresentada em Magalhães & Mattos (2014) para discutir a intransitividade cindida no Guajá. Os dados do Guajá mostrados neste capítulo foram retirados, em grande parte, da tese de Magalhães (2007) e alguns dados foram extraídos do artigo escrito por Magalhães & Mattos (2014). Para elaboração deste capítulo foi feito um recorte da descrição de Magalhães (2007), elegendo os aspectos mais relevantes para a presente dissertação que são: classe de palavras, a morfologia flexional e derivacional que as caracteriza, além das estruturas das orações e a elaboração da hierarquia referencial da língua.

No capítulo 3, será apresentado o resultado da análise dos dados do Guajá, sob a perspectiva dos estudos gerativistas. A pesquisa, que se baseia na análise dos dados apresentados em Magalhães (2002, 2007) e Magalhães & Mattos (2014), apresenta uma análise gerativista para a análise descritiva das autoras, que defendem que o Guajá é uma língua pertencente ao padrão Intransitivo-Absolutivo e que argumentos internos de verbos e nomes são antecidos por um morfema relacional. Para argumentar a favor das hipóteses postuladas, foram utilizados os estudos de Dixon (1994), Chomsky (1995), Storto (1999), Aldridge (2008), Sandalo (2009), Freitas (2011) e Coon (2012). Por fim, são apresentadas as considerações finais desta dissertação.

CAPÍTULO 1

PRESSUPOSTOS TEÓRICOS

1.0 Introdução

A Teoria Gerativa tem como principal eixo de investigação a relação entre a linguagem e a mente humana. Para os pesquisadores dessa teoria, a linguagem é uma propriedade especificamente humana. Entretanto, essa constatação trouxe algumas questões para as ciências biológicas: como pode um sistema como a linguagem humana surgir na mente/cérebro, observando que, no mundo orgânico, parece não haver sistema algum com as propriedades básicas da linguagem humana? Essa é a principal questão que norteia os estudos gerativistas: a arquitetura geral da linguagem que está inserida na mente humana e interage com outros sistemas cognitivos.

Na perspectiva de Chomsky (1995), esse problema tem sido considerado uma crise para as ciências cognitivas, contudo, apesar da preocupação ser apropriada, o seu lugar é equivocado; este é um problema para a biologia e as ciências do cérebro, que, tal como atualmente é entendida, não fornece nenhuma base para o que parece ser uma conclusão bem estabelecida sobre a linguagem. Grande parte do interesse mais amplo do estudo detalhado da linguagem encontra-se nessas áreas.

Como teoria linguística, a gramática gerativa enfrentou algumas questões de imediato: encontrar uma maneira de explicar os fenômenos de línguas particulares (adequação descritiva) e explicar como o conhecimento desses fatos surge na mente do falante-ouvinte (adequação explicativa). Para isso, o pesquisador gerativista parte dos dados (desempenho) para descrever o conhecimento linguístico inato dos falantes (competência).

Considerando a complexidade dos temas abordados pela Teoria Gerativa e as diversas ferramentas teóricas que a teoria utiliza, neste capítulo serão apresentados os pressupostos teóricos considerados úteis para as discussões a serem feitas nos próximos capítulos. Entre os conceitos a serem abordados estão: faculdade da linguagem, Programa Minimalista, atribuição de Caso e o fenômeno da Concordância.

1.1 Faculdade da Linguagem

Chomsky (1965) propôs que o comportamento linguístico dos indivíduos deve ser compreendido como o resultado de um dispositivo inato, uma capacidade genética e, portanto, interna ao organismo humano, que lhes permite adquirir uma língua. Esse dispositivo de aquisição da linguagem é a Faculdade da Linguagem (FL) que, conforme Chomsky (1995), corresponde a um estado inicial, uma espécie de órgão linguístico.

Chomsky (1995) afirma que

A faculdade da linguagem possui um estado inicial, geneticamente determinado; no decorrer normal do desenvolvimento, passa através de uma série de estados na primeira infância, alcançando um estado firme relativamente estável que sofre poucas alterações posteriores, com exceção do léxico. (CHOMSKY, 1995, p. 52)

A existência da Faculdade da Linguagem sustenta-se no *argumento da pobreza de estímulo*, segundo o qual a simples exposição aos dados linguísticos não é suficiente para uma criança realizar a construção da gramática de sua língua, contudo, a competência linguística é alcançada apesar de a exposição aos dados primários ser desorganizada e ocorrer por um curto período de tempo. Esse fato é mais uma evidência de que o conhecimento que o falante tem de sua língua é inato.

A rapidez da aquisição pode ser explicada pelo fato de o indivíduo nascer dotado de um conjunto de princípios linguísticos e a aquisição de uma língua particular se dar pela fixação de parâmetros da língua a qual o indivíduo foi exposto. O sistema de todos os princípios universais comuns a todas as línguas é a Gramática Universal, doravante GU, e os parâmetros são propriedades flexíveis que variam de língua para língua.

O processo de aquisição ocorre da seguinte forma: toda criança nasce com uma Faculdade da Linguagem e necessitará da experiência linguística, o *input*, que permitirá que a criança identifique as propriedades de uma determinada língua natural, fixando, assim, os parâmetros de uma língua particular.

A Gramática Universal (GU) é a teoria do estado inicial; outro estado da FL, o estado alcançado, chamamos de *gramática* ou Língua-I, sendo que I quer dizer interno, individual e intensional. Consoante Chomsky (1995), *interno* porque tem a ver com um estado interno da mente/cérebro do indivíduo; *individual* porque tem a ver com o indivíduo, e apenas derivativamente com comunidades linguísticas, consideradas como grupos de pessoas com línguas-I semelhantes; *intensional*, no sentido técnico de a língua-I ser uma função

especificada intensionalmente, não extensionalmente: a sua extensão é o conjunto das DEs (descrições estruturais). Para Chomsky:

Duas línguas-I distintas podem, em princípio, ter a mesma estrutura, ainda que, de um ponto de vista empírico, a linguagem humana possa não permitir essa opção. Isto é, pode acontecer que a série de línguas-I permitidas pela GU seja tão diminuta que a opção teórica referida simplesmente não se realiza, isto é, não existem línguas-I distintas gerando o mesmo conjunto de DEs. (CHOMSKY, 1995, p. 53)

1.2 Programa Minimalista

O Programa Minimalista surge em 1995, como uma versão mais recente da teoria linguística gerativa. Proposta por Chomsky e desenvolvida no âmbito da abordagem de Princípios e Parâmetros (P&P), o programa visa “evitar a postulação de entidades teóricas que não sejam conceitualmente necessárias dentro da lógica da teoria” (Chomsky, 1995, p.16). Portanto, tem como objetivo tornar o quadro teórico mais enxuto, econômico por meio do levantamento de novas perspectivas do modelo P&P, tendo como critérios naturalidade, parcimônia, simplicidade, elegância e adequações descritiva e explanatória.

O Programa Minimalista atribui uma importância particular ao lugar e ao papel da linguagem na mente humana. A Faculdade da Linguagem, como um sistema biológico que se realiza para a expressividade humana de acordo com suas intenções específicas, é o alvo principal da análise chomskyana nesse modelo. Esse “órgão linguístico” interage com o sistema de pensamento (coleção de intensionalidades) e também com o sistema sensório-motor para proporcionar ao falante a exteriorização desse sistema (expressividade). Como sistema expressivo, a Faculdade da Linguagem (FL) associa-se a um sistema de produção e a um sistema de recepção, ou seja, sistemas de performance. Os sistemas de performance são agrupados em dois tipos: articulatório-perceptual e conceptual-intencional (A-P e C-I) os quais se conectam aos níveis de interface PF (Forma Fonética) e LF (Forma Lógica), respectivamente.

Os sistemas de performance possuem uma estrutura própria e independente da Faculdade da Linguagem e, por isso, impõem condições sobre ela para que as expressões sejam geradas. Neste caso, os sistemas de performance impõem que *condições de legibilidade* sejam satisfeitas por FL e, neste aspecto, o “órgão da linguagem” é uma solução ótima.

Devido ao *design* simples que o minimalismo busca, há apenas dois níveis de interface: Forma Fonética (FF) e Forma Lógica (FL). Tendo dois níveis de representações, LF

e PF, as estruturas só serão legíveis se obedecerem às condições de legibilidade impostas pelo *Princípio da Interpretação Plena* (FI, do inglês *Full Interpretation*). As derivações que satisfazem FI convergem, caso isso não ocorra, fracassam.

Em resumo, uma língua-I (o estado final de FL) é constituída por dois componentes: o léxico e o sistema computacional. O léxico contém os itens que o sistema computacional usa para gerar expressões linguísticas articuladas nos dois níveis de representação linguística: PF e LF. A expressão linguística converge se for legítima, ou seja, interpretável tanto em PF quanto em LF.

O sistema computacional, para formar uma expressão linguística legítima, utiliza algumas operações. Conforme Chomsky (1995), o sistema computacional seleciona do léxico uma Numeração, composta por um arranjo de escolhas lexicais e quantas vezes cada uma dessas escolhas é selecionada. A Numeração é um conjunto de itens que serão estruturados para formar a sentença, nas palavras de Chomsky (1995): “um conjunto de pares (IL, *i*), em que IL é um item do léxico, e *i* é o seu índice, compreendido como o número de vezes que IL é selecionado” (p. 314). A Numeração sendo formada, as operações do sistema computacional constroem recursivamente objetos sintáticos. A operação de selecionar um item do léxico é denominada *Select* e a de concatenar itens para formar um objeto sintático é denominada *Merge*. Há também a operação *Agree* (Chomsky 2000, 2001), a qual efetua uma verificação de traços formais dos itens selecionados. *Move* é uma operação que é determinada morfologicamente e, geralmente, está associada a *Agree*, pois é responsável por movimentar sintagmas para outra posição satisfazendo assim, Caso e a concordância.

Por fim, a operação *Spell-out* serve de fronteira entre a sintaxe visível e a sintaxe não visível, isto é, *Spell-out* é o ponto da computação em que a estrutura formada dá entrada na componente fonológica e na componente semântica. A computação antes de *Spell-out* configura a sintaxe visível e após essa operação, configura a sintaxe não visível.

A abordagem minimalista, conforme Chomsky (1995), considera que “uma expressão linguística não é mais do que um objeto formal que satisfaz as condições de interface da melhor maneira, sendo essa otimalidade determinada pelas condições de economia da GU” (p. 247). Logo, as derivações convergentes devem obedecer a condições de economia derivacional, sendo as menos econômicas bloqueadas pelas mais econômicas.

Entre as categorias que compõem o léxico de uma língua há as categorias funcionais e as categorias lexicais. As categorias lexicais são Verbo, Preposição, Nome e Adjetivo. As categorias funcionais são Complementador (CP), Determinante (DP), Verbo leve (vP) e Tempo (TP). As categorias funcionais são elementos cuja existência na teoria é motivada pelo

fato de terem conteúdo semântico. O verbo leve, por exemplo, é responsável pela saturação argumental de um predicado transitivo.

É sob o domínio da categoria verbo leve (vP) que as relações temáticas¹ entre os elementos da oração irão se estabelecer. Numa oração como *João entregou o livro para Maria* será na posição de Especificador de v que o argumento externo do verbo (*João*) será inserido e receberá seu papel temático. Os argumentos internos dos verbos são inseridos dentro da projeção VP. O elemento que receberá Caso acusativo estará no especificador de VP e elemento oblíquo (PP) na posição de complemento de V.

A derivação da oração *João entregou o livro para Maria* ocorre da seguinte forma: inicialmente o verbo *entregou* seleciona o sintagma preposicionado (PP) *para Maria* e se concatena (*merge*) com ele. Nesse caso, o verbo seleciona o PP como um argumento, mas não será necessário que o verbo atribua Caso ao PP, pois por ser uma forma preposicionada é a preposição que atribui Caso ao NP *para Maria*.

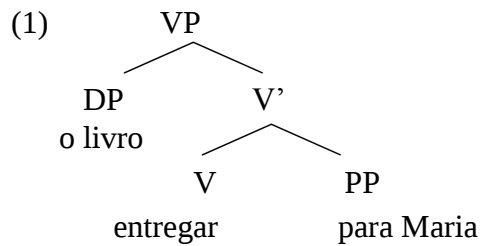
Depois da operação *merge* entre *entregou* e *para Maria*, se dá a formação de um terceiro objeto sintático, representado por V'. Em seguida, ocorre a operação *merge* novamente, pois V' se concatena com o DP *o livro* e o Especificador de V é projetado. Percebe-se que *merge* é uma operação assimétrica, porque dos dois objetos sintáticos somente um irá se projetar e será o núcleo do objeto sintático.

¹ A teoria theta formaliza as relações semânticas entre o verbo e seus argumentos. A literatura se refere a essa relação entre verbos e argumentos em termos como “papéis temáticos” ou “papéis theta” (papéis- θ). Os papéis temáticos de um argumento, ou seja, a função semântica que determinado argumento exerce em uma sentença, conforme Cançado (2000), é definido como sendo o grupo de propriedades atribuídas a esse argumento a partir das relações de acarretamentos estabelecidas por toda a proposição em que esse argumento se encontra. Ou seja, os papéis temáticos são, portanto, funções semânticas associadas aos argumentos de um predador, segundo o sentido específico do predador.

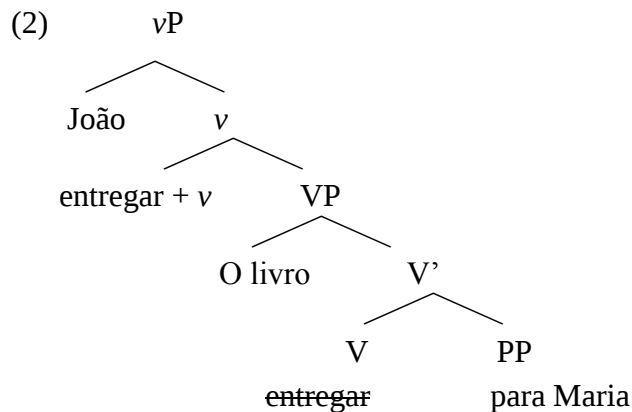
Os critérios para atribuição de papel temático são os seguintes:

- (a) Cada argumento recebe um e somente um papel theta.
- (b) Cada papel theta é atribuído a um e somente um argumento.

Existem algumas questões sobre a definição de papel temático, como, por exemplo, a quantidade de papéis temáticos existentes e quais rótulos recebem. Porém, em grande parte da literatura gerativista, encontram-se as nomenclaturas: Agente, Experienciador, Locativo, Fonte, Meta, Beneficiário, Tema ou Paciente. No exemplo *O veterinário cuidou do cachorro*, temos o argumento externo, *O veterinário*, com um papel temático de Agente, e o argumento interno preposicionado, *do cachorro*, com um papel temático de Paciente ou Tema. Na sentença *O cachorro teme o dono*, temos o argumento externo, *O cachorro*, com papel temático de Experienciador, e o argumento interno, *o dono*, com um papel temático de Tema.



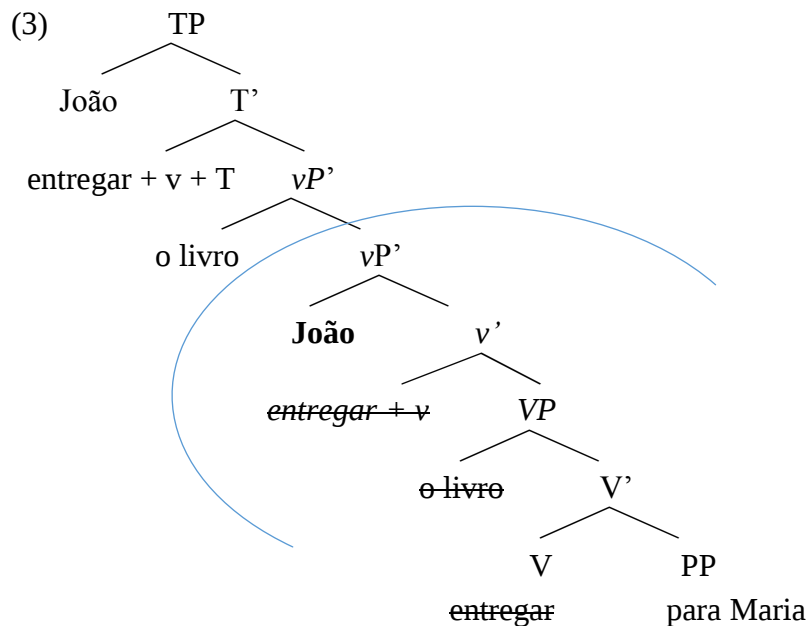
Em seguida a categoria funcional v é inserida e o verbo *entregou* se adjunge a v . O próximo passo na derivação é a inserção do DP *João* na posição de especificador de v , nessa posição o DP recebe papel temático de agente.



As categorias atribuidoras de Caso são T finito e v . A categoria funcional v atribui Caso Acusativo ao elemento selecionado por V.²

Após a atribuição de Caso Acusativo por v , a categoria funcional relacionada a tempo, T, é inserida da numeração e ocorre o movimento do complexo composto por *entregou* + v para o núcleo T. Por fim o DP *João* se move para o especificador de T, para receber Caso.

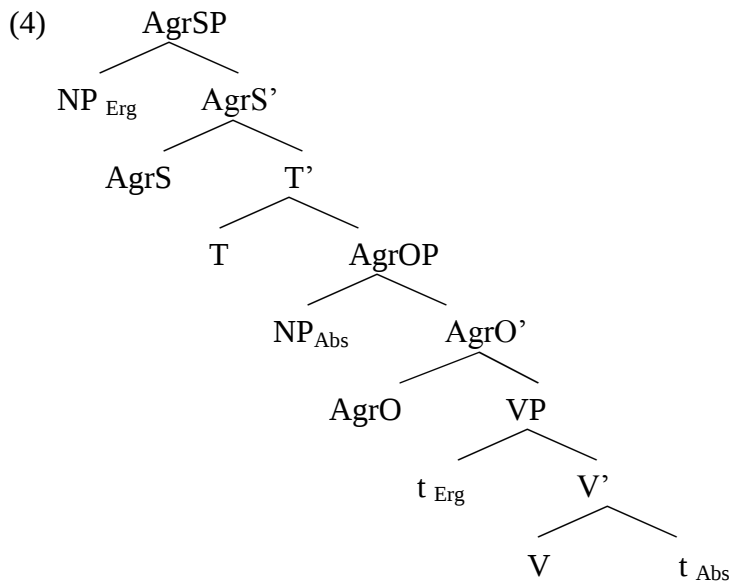
² Chomsky (1995) apresenta uma proposta para concordância e checagem de Caso que se baseia na hipótese de que as línguas possuem traços interpretáveis e não interpretáveis e os processos de concordância e de atribuição de Caso ocorrem por meio da checagem e apagamento dos traços não interpretáveis. Por considerarmos que uma discussão nesses termos vai além dos objetivos do presente trabalho, nos deteremos apenas nos aspectos estruturais da sentença e nas posições de atribuição de Caso.



Como a ilustração acima revela, abaixo da linha está o domínio de seleção argumental e de atribuição de papéis temáticos. Acima da linha, estão as posições de concordância e atribuição de Caso Nominativo. Como dito anteriormente, objeto recebe Caso de *v*, no Especificador de *vP*, e o sujeito recebe Caso de *T*, na posição de especificador de *TP*.

O exemplo acima apresentou uma derivação de uma sentença em uma língua pertencente ao padrão Nominativo-Acusativo; no entanto, em várias línguas indígenas o padrão de atribuição de caso é Ergativo-Absolutivo (ver mais detalhes sobre distinção Nominativo-Acusativo e Ergativo-Absolutivo no Capítulo 3). Apresentaremos a seguir, duas propostas sobre a atribuição de Caso em línguas Ergativas, elaboradas dentro da linguística gerativa, a fim de ilustrar como a teoria tem abordado o tema.

Bobaljik (1993) defende que línguas Nominativas e línguas Ergativas possuem a mesma estrutura argumental e que a diferença entre esses dois tipos de línguas consiste na forma de atribuição de Caso. Em línguas do Padrão Nominativo-Acusativo, o sujeito se move para a posição de especificador de *AgrSP* e, em línguas pertencentes ao padrão Ergativo-Absolutivo, o caso Ergativo é atribuído por *AgrS*, mas o Caso Absolutivo por *AgrO*. Em outras palavras, para o autor o parâmetro que diferencia línguas ergativas de línguas acusativas é a seleção de *AgrS* ou *AgrO* como o Caso disponível para a oração com verbos intransitivos.



Legate (2002, 2008), em uma abordagem mais recente, propõe que não há Caso absolutivo atribuído na sintaxe e que os casos estruturais de línguas ergativas são atribuídos da mesma forma que o Caso nas acusativas, isto é, Nominativo por T e Acusativo por v. Ou seja, em línguas ergativas o v transitivo atribui caso inerente ergativo para seu Especificador (argumento externo). O Caso Ergativo-Absolutivo se daria pós-sintaticamente em uma componente morfológica. Conforme o autor, os dois casos argumentais seriam pronunciados como uma forma padrão única.

1.3 Considerações sobre o fenômeno da Concordância

A concordância é um fenômeno amplamente estudado nas diversas teorias linguísticas, pois é questão recorrente na maioria das línguas estudadas. Apesar de extensa pesquisa, a concordância continua profundamente intrigante. Houve um tempo em que foi tratada principalmente como uma ferramenta para pesquisar outros fenômenos sintáticos. No entanto, também tem sido uma tradição reconhecê-la como um problema desafiador em seu próprio direito. Por conseguinte, torna-se primordial a compreensão e a reflexão sobre o que é a concordância e o seu desenvolvimento no campo da sintaxe gerativa, que é a corrente linguística adotada nesta pesquisa.

Nesta seção será tratado o fenômeno da concordância em Corbett (2006) e o propósito da concordância, de acordo com o trabalho de Miyagawa (2010).

O fenômeno da concordância para Corbett (2006)

A concordância, em sua forma mais básica, é uma regra que existe em algumas línguas naturais e que apresenta informações de forma redundante. Sua regra tem como alvo as informações em uma posição - a informação contida em um nominal como o sujeito – e reproduz isso em uma outra posição, normalmente como uma forma de um elemento de flexão em um verbo ou algum núcleo. O autor usa os exemplos abaixo para ilustrar esse fenômeno gramatical.

- (5) a. *Mary walks.*
 Maria anda.3sg
 ‘Maria anda’
- b. *They walk.*
 Eles andam.3pl
 ‘Eles andam’

Há outros domínios da língua onde a informação é repetida, como na pronominalização, porém a repetição é informativa, como se pode constatar em (6).

- (6) *John thinks that he will win the race.*
 João_i acha que ele_i vai vencer a corrida.

John e *he* são repetitivos, na medida em que eles se referem à mesma entidade no discurso, apesar disso eles não reproduzem a mesma informação: *John* é o sujeito de *think* e *he* é o sujeito de *win*, de modo que essas duas ocorrências fornecem informações distintas.

Corbett (2006) aponta reflexões interessantes acerca da natureza da concordância. Os exemplos acima (5a e 5b) apontam que a concordância é uma questão de *sintaxe*, uma vez que o papel sintático dos itens envolvidos é importante. Contudo, nos exemplos abaixo retirados de Corbett (2006, p. 2) fica claro que a concordância é também uma questão de *semântica*:

- (7) a. The committee has agreed.
 ‘A comissão concordou’
- b. The committee have agreed.
 ‘As comissões concordaram’

Mary, no exemplo (5a) é um indivíduo, enquanto *comissão* pode ser conceituada como uma entidade ou como vários indivíduos. Claramente, então, concordância é também uma questão de *semântica*. Outros dados do autor, no entanto, mostram que a concordância não é uma questão totalmente semântica.

No exemplo do russo em (8), tomado a partir de Corbett (2006, p. 2), não só é a singularidade do sujeito redundantemente reproduzido na flexão verbal, mas o seu gênero gramatical também, e a escolha do sexo feminino para uma lâmpada é patentemente arbitrário - não havendo nada inerente sobre as lâmpadas que as levariam a ser flexionadas no feminino.

- (8) *Lamp-a stoja-l-a vugl-u.*
 lamp(f)-sg stand-pst-f.sg in.corner-sg.loc
 ‘The lamp was standing in the corner.’
 ‘A lâmpada estava pendurada na esquina’

Assim, a concordância não é apenas redundante, mas, por vezes, completamente arbitrária em seu conteúdo também. Corbett (2006) afirma ainda que, mesmo quando há razões semânticas para um tipo específico de concordância, o domínio em que isso é possível é determinado pela sintaxe. Sobre os exemplos (7a e 7b) *The committee have agreed* é uma sentença boa no Inglês Britânico, o que sugere que *committee* tem concordância de acordo com o seu sentido. E ainda **these committee* é inaceitável.

O autor avalia que não há evidências para a concordância. Mas conclui que a concordância é uma questão também de morfologia, pois se exige a morfologia para fornecer a oportunidade para a concordância a ser indicada. A concordância é, sem dúvida, o grande problema da interface entre morfologia e sintaxe, e, portanto, parece particularmente difícil quando visto a partir da raiz de cada um dos componentes.

A definição de concordância como regra que existe em algumas línguas naturais e que apresenta informações de forma redundante não abarca os diversos sistemas de concordância das línguas humanas, incluindo a ausência de concordância de línguas como, por exemplo, as do leste asiático. Embora não haja uniformidade sobre os limites externos do que constitui a concordância, grande parte dos autores, incluindo Corbett (2006) e Miyagawa (2010), retomam a definição de Steele (1978), a qual afirma que a concordância é uma forma de covariância entre dois elementos, tais como a covariância entre o sujeito nominal e a flexão verbal.

The term agreement commonly refers to some systematic covariance between a semantic or formal property of one element and a formal property of another. (STEELE, 1978, p. 610)

Em suma, o sistema de concordância formal é redundante na medida em que compreende uma covariância de dois ou mais elementos, cada um expressando a mesma informação. É assimétrico, visto que um dos elementos que participam na relação de covariância fornece as informações da concordância e, finalmente, a informação do conteúdo semântico da concordância não é, aparentemente, significativa, e pode até ser arbitrária.

Covertt (2006) explica que, mesmo havendo casos especiais de concordância, como os de base semântica, o domínio em que isso é possível é determinado pela sintaxe. Ele propõe terminologias para tentar agrupar, de forma mais geral, os tipos de concordância: (i) *controlador*, elemento que determina a concordância (sintagma nominal sujeito); (ii) *alvo*, elemento cuja forma é determinada pela concordância; e (iii) *domínio da concordância*, ambiente sintático em que a concordância ocorre.

A concordância realiza-se pelo traço- Φ , isto é, quando se fala em concordância estamos nos referindo à concordância de traços. Assim, o número é um traço de concordância, que tem os valores: singular, dual, plural e assim por diante. Pode haver outros fatores (como a ordem das palavras), que têm um efeito sobre a concordância, mas não são diretamente refletidos como traços. Tais fatores são chamados de condições de concordância. Assim, dentro de um domínio particular, um alvo está em concordância com um controlador relativamente às suas especificações de traços (isto é, os traços e os seus valores); isto pode ser dependente de alguma outra condição a ser atingida.

Corbett (2006) argumenta que há diferentes formas de concordância e as hierarquiza. A primeira é a concordância mais canônica que se dá em sintagmas nominais, como em ‘*these books*’; depois, a concordância menos canônica que se dá entre o verbo e um de seus argumentos, como em ‘*Mary sings*’; em seguida, a concordância além da sentença, como no caso do pronome relativo com seu antecedente; e, por fim, o domínio que vai além da sentença, como o pronome anafórico com seu antecedente ‘*Mary sings because she is happy*’.

Sobre a “função” da concordância nas línguas naturais

Miyagawa (2010) elenca três características do sistema de concordância formal: a covariância de dois ou mais elementos, a assimetria e a ausência de conteúdo semântico.

Essas, conforme Miyagawa (2010), são as três propriedades representadas no sistema de sonda-alvo no trabalho de Chomsky (2000, 2001, 2005, 2007, 2008 *apud* Miyagawa, 2010).

De acordo com o autor, uma sonda (a “meta” da concordância) é um traço não interpretável, em virtude de não ter um valor expreso para o seu traço. O alvo (o “controlador” da concordância) fornece o valor para a covariância e a assimetria da concordância. Finalmente, um traço não interpretável deve ser excluído, uma vez que é valorado, não vai receber interpretação semântica, fato que se reflete diretamente na noção de que o conteúdo real da concordância é irrelevante.

Embora o sistema sonda-alvo capture as propriedades essenciais da concordância formal, esta faz com que a noção de concordância fique ainda mais intrigante. Miyagawa (2010) questiona: por que o sistema computacional iria inserir algo na derivação de uma expressão apenas para excluí-lo tão completamente que nada resta dela para a interpretação semântica? A seu ver, isso parece totalmente contra-intuitivo.

Na busca por uma resposta para a verdadeira identidade da concordância, Miyagawa (2010) propõe que a questão pode ser resolvida pela “dualidade da semântica”: a distinção bem estabelecida entre os núcleos lexicais e funcionais.

Consoante o autor, núcleos lexicais selecionam seus complementos para criar a estrutura argumental de uma expressão, enquanto os núcleos funcionais criam uma estrutura de expressão “consists of the modes of expression of the language” (Miyagawa, 2010 *apud* Bresnan 2001:9-10). A camada funcional de uma sentença dá origem a noções como tópico-comentário, sujeito de uma sentença, foco e questões de conteúdo, entre muitos outros modos de expressão. Ou seja, os núcleos funcionais substancialmente aumentam a expressividade da linguagem humana.

O autor nomeia as relações encontradas na estrutura do argumento de relações lexicais, pois estas são definidas a partir de um núcleo lexical e seus argumentos, geralmente, uma relação núcleo-complemento. O nominal - e o complemento é quase sempre um valor nominal, embora em certos casos seja um PP ou um CP - tem uma relação especial com o núcleo lexical, tal que seu referente é entendido como um participante do evento ou da situação descrita pelo sentido do núcleo. O segundo tipo de relações funcionais envolve uma relação entre um nominal e um núcleo funcional, por exemplo, C, T, ou v. Como dito anteriormente, o propósito das relações funcionais é aumentar o poder expressivo da linguagem fornecendo as ferramentas para expressar noções como tópico-comentário, sujeito de uma sentença, foco e questões de conteúdo.

O autor mostra a independência de relações funcionais e de relações lexicais num certo número de construções. Por exemplo, em japonês, o reflexivo anafórico *zibun* 'self' é orientado para o sujeito. No exemplo a seguir, retirado de Miyagawa (2010, p. 8), *zibun* só pode ter como seu antecedente o sujeito *Taroo*:

- (9) *Taroo_i-ga Hanako_j-o zibun_{i/*j}-no-heya-de sikat-ta.*
 Taro-NOM Hanako-ACC self-GEN-room-in scold-PAST
 'Taro scolded Hanako in his/*her room.'
 'Taro repreendeu Hanako no quarto dele/*no quarto dela.'

Sob passivização direta, o argumento interno, *Hanako*, pode funcionar como antecedente de *zibun* (Kuno 1973 *apud* Miyagawa, 2010), que mostra que a noção "sujeito" desempenha um papel crucial independente das relações lexicais.

- (10) *Hanako_j-ga Taroo_i-ni zibun_{i/*j}-no-heya-de sikar-are-ta*
 Hanako-NOM Taro-by self-GEN-room-in scold-PASS-PAST
 'Hanako was scolded by Taro in her/*his room.'
 'Hanako foi repreendido por Taro no quarto dela/*no quarto dele.'

O argumento externo original, *Taroo*, já não é o sujeito da expressão inteira, não pode funcionar como o antecedente de *zibun*.

Relações lexicais são relações temáticas estabelecidas por *Merge* externo, no qual um núcleo lexical (ou *v*) combina-se com o seu argumento de forma binária (Chomsky 2001, 2005, 2008, Kayne 1984 *apud* Miyagawa, 2010). Logo, relações lexicais são definidas pela irmandade na estrutura da ramificação binária em si criada por *Merge* externo. Com as relações funcionais não é bem assim, pois não há nenhuma forma estrutural simples para estabelecer uma relação entre, por exemplo, o argumento externo e T. Em outras palavras, T não seleciona diretamente o argumento externo. Na literatura sobre o tema, uma sugestão comum é que a relação que se mantém entre um núcleo funcional, tal como T e o nominal com o qual concorda (ao qual atribui Caso) deve ser estabelecidas movendo o nominal para Spec, TP (Miyagawa, 2010 *apud* Koopman 2003, 2005, Koopman e Sportiche 1991). O autor acredita que essa intuição de que a concordância surge com uma relação Spec-head está correta, embora haja exceções, sendo um exemplo o parâmetro *pro-drop*. Contudo, ele assume que as relações de concordância são estabelecidas independentemente de movimento, por um processo que Chomsky chama *Agree* (Chomsky 2000, 2001, 2005, 2008 *apud*

Miyagawa, 2010). Com base nisso, Miyagawa (2010) afirma que a concordância ocorre para estabelecer uma relação funcional.

Com o objetivo de mostrar que a concordância ocorre para estabelecer relações funcionais, o autor recupera a ideia de que a concordância requer uma relação Spec-head. Tal relação funcional, que é sempre não-local, deve ser transformada numa relação local movendo o alvo para perto da sonda. O objetivo deste movimento é manter um registro da relação funcional além da sintaxe não-visível, de modo que a interpretação semântica e a estrutura da informação possam fazer uso dele. Isto é a concordância Spec-head, mas implementada com duas operações motivadas de forma independente - *Agree* e *Move*.

Miyagawa esclarece que fará apenas a distinção entre núcleos funcionais e lexicais, como observado anteriormente, pois presume que o tipo de relação *Agree* que interessa para o trabalho desenvolvido é relevante apenas para os núcleos funcionais. Tal postura deve-se ao fato de que não há flexão de concordância formal refletindo uma relação entre um núcleo lexical e seu argumento; tal flexão é encontrada apenas entre um núcleo funcional e alguns XP.

CAPÍTULO 2

A MORFOSSINTAXE DA LÍNGUA GUAJÁ

2.0 Introdução

A língua Guajá pertence ao subgrupo VIII da família linguística Tupí-Guaraní, que inclui também o Takunyapé, o Urubu-Ka'apor, o Wayampí, o Wayampipukú, o Emérillon, o Amanayé, o Anambé, o Turiwára e o Zo'é (Rodrigues, 1984/85 e Cabral, 1996). A respeito da língua Guajá, há apenas quatro dissertações de mestrado e uma tese de doutorado. A primeira dissertação deve-se a Cunha (1987), o qual elaborou um estudo fonológico dessa língua. A outra dissertação foi elaborada por Magalhães (2002), na qual a autora realizou uma interpretação atualizada da fonologia da língua e apresentou, pela primeira vez, um estudo sobre a sua morfossintaxe. Magalhães (2007) dá continuidade aos seus estudos sobre a língua em sua tese, na qual apresenta uma análise sobre aspectos da morfologia e da sintaxe da língua Guajá (família Tupi-Guarani), descrevendo suas classes de palavras, a morfologia flexional e derivacional que as caracteriza, além das estruturas de suas orações (Magalhães, 2007).

A terceira dissertação é de Nascimento (2008), intitulada *Estudo fonético e fonológico da língua guajá*. A quarta dissertação (Mattos, 2015) trata da intransitividade cindida nas línguas Tupi-Guarani. Nesse trabalho uma das línguas estudadas é o Guajá. Além da dissertação, Mattos tem um artigo realizado em parceria com Magalhães cujo tema é classes de palavras, tipos de predicado e sua relação com a intransitividade cindida no Guajá.

São os dados da tese de Magalhães (2007) e do artigo de Magalhães & Mattos (2014) que são utilizados nesta dissertação. Com o objetivo de apresentar uma descrição linguística dos aspectos morfossintáticos a serem analisados na presente dissertação, será feito um resumo da obra de Magalhães (2007) elegendo-se os aspectos morfossintáticos mais relevantes para o estudo do fenômeno. Os temas a serem apresentados serão os seguintes: classe de palavras, flexão relacional, flexão pessoal e predicados verbais no Guajá e hierarquia de pessoa.

2.1 Descrição das classes de palavras no Guajá

Magalhães (2007), ao tratar das classes de palavras do Guajá, divide-as em classes lexicais e classes não-lexicais. As palavras lexicais codificam conceitos estáveis e são representadas por poucas e grandes classes, relativamente abertas, enquanto as palavras não-lexicais codificam funções gramaticais e são representadas por muitas e pequenas classes, relativamente fechadas. Entre as classes de palavras lexicais que interessam a esta pesquisa estão os nomes e verbos e, entre as classes de palavras não-lexicais, estão os pronomes e as posposições, faremos um breve resumo das propriedades de cada uma dessas classes.

2.1.1 A classe dos nomes

Conforme Magalhães (2007), os nomes no Guajá possuem características particulares que os diferenciam de categorias como as do verbo, por exemplo. Semanticamente, os nomes são caracterizados como a forma lexical que denota entidades concretas, feitas de matéria relativamente durável, compactas em termos espaciais e formadas por um conjunto de traços associados entre si.

Morfologicamente, os nomes caracterizam-se por constituírem a única classe lexical que admite: a) flexão com o sufixo nominal *-a*, como se pode ver no exemplo (11); b) flexão com o sufixo casual locativo *-pe*, como mostra o exemplo (12); c) os sufixos de atualização nominal *-ker* e *-rỹm*, conforme mostram os exemplos em (13) e (14); e d) o sufixo coletivizador *-kér*, apresentado no exemplo (15). Os exemplos (11) e (12) foram extraídos de Magalhães (2007, p. 16 e 18), e os exemplos (13), (14) e (15) foram extraídos de Magalhães e Mattos (2014, p. 4).

(11) *tapi'ír-a Ø-manũ*

anta-**N** 3-morrer

‘a anta morreu’

(12) *jahá a-keré tapó ha=kahá-pé*

Eu 1-dormir POS4 1= rede-**LOC**

‘eu dormi deitado na minha rede’

(13) *t-ipa-ker-a*

HUM-casa-**RETR**-N

‘casa abandonada (ou destruída)’

(14) *t-ipa-rj̃m-a*

HUM-casa-**PROSP**-N

‘casa projetada (ou em construção)’

(15) *awá-wanihã-kér-a* *i-mymýr-a* *Ø-pyhý* *wj̃*

Guajá-homem-**COL**-N R²-filho-N 3-pegar **PLU**

‘um grupo de Guajá homens pegaram seus filhos’

O exemplo (15) traz em destaque também a partícula *-wj̃*, a qual, segundo Magalhães (2007), é pluralizadora de sujeito de terceira pessoa. Como no Guajá não há morfemas que distingam singular de plural, a indicação de pluralidade é feita por esta partícula ou pelo sufixo que denota coletivo *-kér*, o qual também pode ser observado no exemplo (15), em *awá-wanihã-kér-a*.

O Guajá também não apresenta morfema flexional de gênero. Existe uma forma de expressar o sexo de vocábulos que contenham o traço [+ animado]. Podem ser acrescentados ao tema, nomes qualificadores que designam que se determinado vocábulo se refere a um ‘macho/homem’ (*-wanihã*), ou a uma ‘fêmea/mulher’ (*-wahý*), como é possível constatar nos exemplos (16) e (17), respectivamente.

(16) *Ø-wanihã-Ø* *ari-rú* *tá* *xíe, Marina,* *i-pý-a*

R²-**homem**-N 2-trazer PROJ aqui, Marina, R²-primeiro-N

‘o (filho) homem você vai trazer aqui, Marina, o primeiro’

(retirado de Magalhães, 2007, p. 154)

(17) *awá-wahý-a* *i-kahá* *Ø-japó*

Guajá-**mulher**-N R²-rede 3-fazer

‘a mulher Guajá faz sua rede’

(retirado de Magalhães, 2007, p. 153)

Magalhães (2007) afirma que “apenas as palavras identificadas como nomes é que podem receber o sufixo *-a*, outras, não. Sem o sufixo, esses nomes exercem função sintática de vocativo, complementos circunstanciais ou núcleos de predicados existenciais” (p. 145).

Ainda segundo Magalhães (2007), sintaticamente, os nomes exercem papel de argumentos de predicados verbais, e também podem ser núcleos de sintagmas nominais. Todavia, é válido ressaltar que nomes, assim como verbos, podem exercer a função sintática de predicado, ou seja, têm função predicativa primária sem cópula ou qualquer outro recurso morfossintático.

Quando ocorrem como argumentos de um predicado, os nomes podem assumir as funções sintáticas de sujeito, como mostra o exemplo (18), e de objeto, como mostra o exemplo (19), e argumento de posposições (20):

(18) *tapi'ír-a Ø-manñ*

anta-**N** 3-morrer

‘a anta morreu’

(19) *a-xá i-mymýr-a*

1-ver R²-filho-**N**

‘eu vi o filho dela’

(20) *jahá a-manñ tá awá Ø-pé*

eu 1-dar PROJ Guajá R¹-para

‘eu vou dar para os Guajás’

Nomes também podem ser núcleos de construções existenciais quando não flexionados com o sufixo nominal *-a*, conforme mostra o exemplo (21).³

(21) *tapi'í ka'á-pe*

anta mato-LOC

‘tem anta no mato’ (literalmente ‘anta (existe) no mato’)

³ Além disso, segundo Magalhães (2007), os nomes também podem ocorrer como predicados em construções equativas e podem exercer funções não-nucleares como as de modificador de outro nome núcleo no sintagma nominal e de objeto de posposições em sintagmas posposicionais.

Diferentemente do que ocorre em outras línguas da família Tupí-Guaraní, no Guajá, o sufixo nominal marca os argumentos necessários dos predicados, isto é, sujeito e objeto direto, mas não marca os argumentos circunstanciais, ou seja, os nomes que ocorrem como dependentes num sintagma posposicional ou num sintagma genitivo. Magalhães (2007) acrescenta sobre o sufixo nominal que:

(...) não se pode caracterizá-lo como um sufixo cuja função é a de habilitar um nome como argumento, pois há argumentos que não ocorrem marcados por este morfema (nomes em função de objeto de orações no modo exortativo e nomes interrogados pela partícula *mô*), ele ocorre também, em nomes que estão em função não argumental (MAGALHÃES, 2007, p. 145).

2.1.2 A classe dos verbos

Segundo Magalhães (2007), sob o ponto de vista morfológico, os verbos do Guajá caracterizam-se por apresentar flexão pessoal e, por isso, diferenciam-se dos nomes e dos adjetivos. Em termos sintáticos, os verbos caracterizam-se por ocorrer como núcleos de predicados eventivos, como em (22):

(22) *jahá a-keré tapó ha = kahá-pé*
 Eu 1-**dormir** POS4 1 = rede-LOC
 ‘eu dormi deitado na minha rede’

No Guajá, os verbos além apresentarem prefixos pessoais, como o morfema *a* em (23), também podem apresentar prefixos relacionais acompanhados de pronomes clíticos, como no exemplo (24) em que *ha* é o pronome e *r* o relacional (No capítulo 3, faremos uma proposta de análise para o morfema relacional).

(23) *jahá a-xá*
 eu 1-**ver**
 ‘eu (o) vi’

- (24) *nijã ha = r-ixá*
 você 1 = R¹-ver
 ‘você me viu’

De acordo com Magalhães & Mattos (2014), os marcadores pessoais são divididos em duas séries: a série I formada por prefixos pessoais e a série II formada por pronomes clíticos, que são relacionados formalmente ao núcleo do predicado por meio de um prefixo relacional. Os quadros abaixo, extraídos de Magalhães & Mattos (2014, p. 6), apresentam as duas séries:

Série I (prefixos)	
a-	1SG
ari-	2SG
Ø-	3
xi-	1PL.INCL.
ari-	1PL.EXCL.
pi-	2PL

Série II (clíticos)	
ha=	1SG
ni=	2SG
i- ~ h-	3
are=	1PL
pĩ=	2PL

2.1.3 Verbos transitivos no Guajá

Segundo Magalhães (2007), verbos transitivos no Guajá se diferenciam morfologicamente dos verbos intransitivos por poderem ocorrer em certas operações sintáticas, tais como alguns tipos de nominalizações e construções causativas. Em cada uma dessas construções o verbo transitivo irá receber um afixo específico. Quando ocorrer nominalizado, apresentará o sufixo nominalizador de agente, *-(a)há(r)*, ou prefixo nominalizador de paciente com referência necessária ao agente, *-imi*, ou o sufixo nominalizador de paciente sem referência ao agente, *-ipýr*. Quando ocorrerem em construções causativas apresentarão o sufixo causativo *-(a)ká*.

- (25) *t-ãj Ø-‘ok-ahár-a*
 R⁴-dente R¹-arrancar-NZR-N
 ‘arrancador de dentes/ dentista’

(26) *Maí r-imi-japo-kér-a*

Maíra R¹-NZR-fazer/criar-RETR-N

‘criatura de Maíra’

(27) *iká-pyr-y'ým-a Ø-wyhý ka'á r-ípi*

matar-NZR-NEG-N 3-correr mato R¹-por

‘o (veado) que não foi matado fugiu pelo mato’

(28) *ha=Ø-py'ýr-a a-xak-aká tá ni = Ø-pé*

1= R¹-pulseira-N 1-ver-CAUS PROJ 2= R¹-para

‘vou mostrar minha pulseira para você’

2.1.4 Verbos intransitivos

De acordo com Magalhães (2007), um dos fatos que distingue os verbos intransitivos dos transitivos é que quando estes ocorrem nominalizados os verbos intransitivos recebem o sufixo nominalizador *-ma'á*, que resulta em nomes de agente, e o prefixo causativo *mi-* ~ *ma-* ~ *mo-* ~ *m-*. Como os transitivos, os verbos intransitivos ativos marcam a pessoa do sujeito por meio dos prefixos pessoais. Porém, distinguem-se dos verbos transitivos por não admitirem prefixos relacionais combinados com pronomes clíticos nos modos independentes (No capítulo três, apresentaremos uma análise para explicar a diferença na marcação do sujeito dos verbos transitivos e intransitivos).

Consoante Magalhães & Mattos (2014), os verbos intransitivos selecionam um argumento, que pode ser interno ou externo. A pessoa do argumento externo é marcada no verbo por meio dos prefixos da série I de marcadores pessoais, como se pode ver nos exemplos com o verbo *keré* (29) e (30):

(29) *jawar-a Ø-kere*

cachorro-N 3-dormir

‘o cachorro dormiu’

(30) *jahá a-keré mixik-a'ĩ tá*

eu 1-dormir pouco-ATEN PROJ

‘eu vou dormir um pouquinho’

A pessoa do argumento interno é expressa por meio do prefixo de terceira pessoa (ex. 31) ou dos pronomes pessoais clíticos de 1a e 2a pessoas (ex. 32) que integram a série II de marcadores pessoais, associados ao núcleo verbal por meio da marca de adjacência (R):

- (31) *Majakatỹ-a h-ahy*
 N.PR.-N 3.II-estar.doente
 'Majakatỹa está doente'

- (32) *ha=r-ahy jahá*
 1.I=R-estar.doente eu
 'eu estou doente'

Há, ainda, a divisão semântica de verbos transitivos e intransitivos em eventivos e estativos. Os exemplos abaixo, extraídos de Magalhães & Mattos (2014), mostram essa divisão:

- (33) *jawaruhu-a Ø-wyhy aha*
 onça-n 3.I-correr ctf
 ‘a onça correu (se afastando)’

- (34) *awa 'yr-a tatu-a Ø-xa*
 criança-n tatu-n 3.I-ver
 ‘a criança viu o tatu’

- (35) *i-mymyr-a i-kira*
 3-filho-n 3.II-ser.gordo
 'o filho dela é gordo'

- (36) *Awa-wahy-a i-pa 'aruhu*
 mulher-Guajá-n 3.II-estar.grávida
 'A mulher Guajá está grávida'

Magalhães & Mattos (2014) afirmam que os verbos eventivos, transitivos e intransitivos, expressam a categoria de pessoa por meio dos marcadores pessoais da série I; os verbos estativos expressam a categoria de pessoa por meio da combinação com os marcadores da série II. Essa divisão levou as autoras a propor uma cisão na subclasse dos intransitivos, a qual será apresentada no capítulo 3.

2.2. Pronomes no Guajá

Segundo Magalhães (2007), os pronomes do Guajá apresentam formas distintas para as três pessoas do discurso (1ª pessoa, 2ª pessoa ou 3ª pessoa). Os pronomes também apresentam formas morfológicas distintas, conforme sua função sintática (sujeito, objeto ou determinantes de nomes e posposições). Sintaticamente, os pronomes do Guajá podem ser independentes ou dependentes.

2.2.1 Pronomes pessoais independentes

O quadro abaixo, retirado de Magalhães (2007, p. 49) apresenta os pronomes pessoais independentes no Guajá:

Pessoa	Pronome	
1	<i>Jahá</i>	‘eu’
13/12 (2)	<i>Areá</i>	‘nós’
2	<i>Nijã</i>	‘você’
23	<i>Pijã</i>	‘vocês’
3/33	<i>a’iá</i>	‘ele(s)’

Pronomes pessoais independentes do Guajá (cf. Magalhães, 2007, p. 49)

Magalhães (2007) mostra que os pronomes pessoais independentes podem desempenhar função sintática de sujeito em orações com predicado verbal em que o objeto é de 1ª ou 2ª pessoa, como em (37 a, b):

(37a) *jahá* *ni* = *r-ixá*
eu 2 = R¹-ver
 ‘eu te vi’

(37b) *nijã* *ha* = *r-ixá*
você 1 = R¹-ver
 ‘você me viu’

Pronomes pessoais independentes também podem ser sujeitos de orações equativas, tal como em (38):

- (38) *tapi'ír-a jahá*
 anta-N **eu**
 'eu sou anta'

Os pronomes independentes fazem referência catafórica ao sujeito (39) ou ao objeto (40). Observa-se que o objeto só pode ocorrer como referência catafórica quando se trata de uma terceira pessoa animada.

- (39) *n = ani-kawá-j nijã*
 NEG = 2-saber-NEG **você**
 'você não sabe'

- (40) *a-pyhý a'ia*
 2/IMP-pegar **ele**
 'pegue-o'

Os pronomes independentes também participam de construções de foco contrastivo, como em (41):

- (41) *jahá xipé kwý*
eu FOC aí
 'sou eu aí (na foto)'

E podem ocorrer também com seus respectivos pronomes dependentes como tópicos anafóricos em orações com predicados não verbais (nominal), como em (42) e (43).

- (42) *pijã pĩ = kara'ahỹ*
vocês 23 = R¹-cansado
 'vocês estão cansados'

- (43) *jahá ha = Ø-mimý*
eu 1 = R¹-filho
 'eu tenho filho'

De acordo com Magalhães (2007), no Guajá, a terceira pessoa também pode ser expressa por um demonstrativo discursivo *a'é* (este/esse/aquele). O pronome demonstrativo discursivo ocorre sempre em posição pré-núcleo do predicado, referindo-se indistintamente a argumentos animados ou inanimados, como em (44) e (45).

(44) *a'é i-ĩ tá tyrymỹ r-ipá-p awỹ*
DEM 3-conversar PROJ farinha R¹-casa-LOC PLU
 ‘eles vão conversar na casa de farinha’

(45) *a'é Ø-pinuhũ-ma'á-Ø raká*
DEM R²-preto-NZR-N AT1
 ‘esse (óculos) é o que é o preto’

2.2.2 Pronomes pessoais dependentes

Conforme Magalhães (2007), os pronomes dependentes são elementos átonos que formam uma unidade fonológica com as palavras às quais se ligam. Estes podem ocorrer com nomes, verbos, adjetivos e posposições. A unidade fonológica que formam com tais palavras está sujeita a restrições de ordem mais rígida do que a de outros elementos da estrutura oracional, pois não pode ser interrompida por outros formativos ou palavras (Magalhães, 2007 *apud* Anderson, 1985). São, portanto, elementos clíticos, pois, diferentemente dos afixos, formam unidades sintáticas e não morfológicas, isto é, correspondem a elementos que também podem ser expressos por palavras independentes.⁴

O quadro abaixo apresenta os pronomes pessoais dependentes do Guajá:

Pessoa do discurso	Pronome dependente	
1	<i>ha ~ iha</i>	‘eu’
13/12 (3)	<i>Are</i>	‘nós’
2	<i>Ni</i>	‘você’

⁴ Na literatura gerativista, há vários trabalhos (Monachesi, 1999, 2005, Ramos, 1999, entre outros) em que se discute a classificação morfológica destes elementos como "palavras", como "afixos" ou como uma categoria morfológica independente. Essa discussão, no entanto, vai além do escopo desse trabalho.

23	<i>Pĩ</i>	‘vocês’
33	<i>wỹ ~ wyn</i>	‘eles’

Pronomes pessoais dependentes do Guajá (cf. Magalhães, 2007, 51)

Magalhães analisa os pronomes clíticos do Guajá como formas foneticamente reduzidas e átonas dos pronomes pessoais independentes. Para a autora, a única exceção é pronome clítico de terceira pessoa do plural, cujo correspondente independente é uma partícula de posição final na oração.

Seguindo ainda a análise de Magalhães, os pronomes dependentes vinculam-se sintaticamente às raízes lexicais por meio dos prefixos relacionais e realizam as seguintes funções:

a) objeto de primeira ou segunda pessoa de verbos transitivos, como ilustrado em (46):

(46a) **ha** = *r-ixá nijã*

1 = R¹-ver você

‘você me viu’

(46b) **ni** = *n-ixá jahá*

2 = R¹-ver eu

‘eu te vi’

b) sujeito de primeira ou segunda pessoa em predicados que têm como núcleo um adjetivo, tal como ocorre em (47):

(47a) **ha** = *r-ahý*

1 = R¹-doente

‘estou doente’

(47b) **ni** = *n-atỹ*

2 = R¹-forte

‘você é forte’

c) determinante junto a nomes que pedem determinante, obrigatório (48a) ou facultativo (48b), inclusive quando esses nomes figuram em construções existenciais (49).

(48a) *jahá wỹ = n-ipá-Ø a-japó*

eu **33** = R¹-casa-N 1-fazer

‘eu fiz a casa deles’

(48b) *jahá ha = Ø-xirú-a a-mitiká*

eu **1** = R¹-roupa-N **1**-lavar

‘eu lavei minha roupa’

(49) **ha** = *Ø-taký kyy’y*

1 = R¹-faca MUD

‘agora eu tenho faca’

d) determinante de posposições, como em (50):

- (50a) *a-manõ tá ni = Ø-pé* (50b) *Ø-inẽ wỹ = Ø-pyrý*
 1-dar PROJ 2 = R¹-para 3- permancer 33 = R¹-junto
 ‘eu vou dar para você’ ‘permaneceu junto deles’

e) sujeito e objeto de predicados dependentes, observando-se que o clítico *wỹ* não ocorre nas duas primeiras funções, como se pode ver em (51):⁵

- (51a) *ha = Ø-mén-a Ø-já’ó tá ha = Ø-jahó = mehẽ*
 1 = R¹-marido-N 3-chorar PROJ 1 = R¹-ir = quando
 ‘meu marido vai chorar quando eu for embora’

- (51b) *ari-wapý wỹ-pe wỹ = n-ixak-á*
 13-sentar chão-LOC 33 = R¹-ver-GER
 ‘sentamos no chão para vê-los’

É importante salientar que o pronome pessoal dependente de terceira pessoa do plural *wỹ* possui um homônimo que é a partícula pluralizadora de sujeito. A diferença entre o *wỹ* partícula pluralizadora e o *wỹ* pronome dependente de terceira pessoa é que este é um elemento clítico que ocorre com nomes, posposições e núcleos de orações dependentes, enquanto a partícula ocorre apenas com predicados verbais e adjetivais e sempre em posição fixa, no final da oração.⁶

⁵ O pronome dependente de terceira pessoa do plural *wỹ* não ocorre na função de sujeito ou objeto de predicados independentes que têm como núcleo adjetivos ou verbos. *Wỹ* é uma forma pronominal que se combina exclusivamente com nomes dependentes, posposições ou núcleos de orações dependentes. (Magalhães, 2007)

⁶ A partícula pluralizadora de sujeito *wỹ* possui o alomorfe *awỹ*, o qual ocorre seguindo o sufixo de locativo *-pe*.

2.2.3 Flexão relacional

Segundo Magalhães (2007, p. 128), a flexão relacional é um tema de estudo comum na literatura sobre línguas indígenas. Para a autora, o prefixo relacional marca a contiguidade ou a não-contiguidade de um dependente antes de um núcleo, ou seja, marca a dependência de um determinante (um nome ou um pronome dependente) em relação ao núcleo de uma construção sintática, por meio de prefixos relacionais acrescentados ao núcleo.

Esse processo morfossintático pode manifestar-se com nomes, verbos, adjetivos e posposições e sinaliza a dependência entre nome e possuidor, verbo transitivo e objeto direto e entre posposição e objeto. Na língua Guajá, há três prefixos relacionais que se dividem em duas classes paradigmáticas, segundo seus alomorfes: R¹, R² e R⁴. O prefixo relacional de referente contíguo, R¹, assinala que os elementos encontram-se dentro de um mesmo sintagma. O prefixo relacional de referente não-contíguo, R², assinala que os elementos encontram-se em sintagmas diferentes e o prefixo relacional de determinação humana genérica, R⁴, indica que o nome a qual o prefixo está afixado, refere-se a um ser humano indefinido, genérico, não expresso sintaticamente.

Classes de tema	R ¹	R ²	R ⁴
Ia	Ø-		
Ib	Ø-	Ø-	-Ø
IIa	<i>r- ~ n-</i>	<i>h- ~ ha-</i>	<i>h- ~ ha-</i>
IIb	<i>r- ~ n-</i>	<i>h- ~ ha-</i>	<i>t-</i>
IIc	<i>r- ~ n-</i>	<i>h-</i>	<i>V > Ø-</i>
IId	<i>r- ~ n-</i>	<i>t-</i>	<i>t-</i>

Prefixos relacionais do Guajá (cf. Magalhães, 2007, 130)

Em nota, Magalhães (2007) explica que a ocorrência das classes de temas está relacionada com os alomorfes dos prefixos relacionais. Por exemplo, na classe Ia, o alomorfe –V do prefixo R² ocorre com apenas temas verbais monossilábicos iniciados por consoante glotal e apenas na fala dos mais jovens. Os falantes mais velhos e outros jovens utilizam o alomorfe *i-* deste prefixo.

2.2.4 Flexão de tempo, modo e pessoa

No Guajá, a categoria tempo não é marcada morfologicamente no verbo, sendo as distinções de tempo realizadas por meio de palavras e expressões temporais como *amõ mehẽ* ‘outro dia’ e por meio de partículas que exprimem aspecto, mas que também distingue, na maioria das vezes, o tempo da realização do evento.

A referência ao passado é também marcada por meio de três partículas evidenciais que associam a indicação da fonte da informação com valores temporais, incluindo um passado recente ou próximo, *raká* e *jé*, e um passado remoto, *raká’í*:

- (52) *areá ari-ahó pé kahú r-apé Ø-xak-á raká*
 nós 13-ir lá carro R¹-caminho R¹-ver-GER AT1
 ‘nós fomos lá olhar o caminho do carro (a estrada)’

- (53) *a-xá raká’í*
 1-ver AT2
 ‘eu vi’ (e estava lá, há muito tempo)

Na ausência de implicações aspectuais ou de advérbios e construções temporais, a oração pode remeter tanto ao tempo passado quanto ao presente e sua interpretação dependerá do contexto.

Quanto ao modo, a autora afirma que há duas séries de prefixos pessoais para o modo indicativo e duas para o modo imperativo, ambas marcando as pessoas nos verbos, tanto dos sujeitos de intransitivos, quanto dos sujeitos de transitivos. No modo exortativo há apenas um prefixo que se refere à primeira pessoa do plural.

O quadro abaixo, retirado de Magalhães (2007, p.176), apresenta os prefixos pessoais do modo indicativo:

Prefixos pessoais do modo indicativo:

1	‘eu’	<i>a-</i>
13	‘nós’ (excl)	<i>ar-</i> ~ <i>ari-</i> ~ <i>arV</i>
12	‘nós’ (incl)	<i>x-</i> ~ <i>xi-</i>
2	‘você’	<i>ar-</i> ~ <i>ari-</i> ~ <i>arV</i>
23	‘vocês’	<i>p-</i> ~ <i>pi-</i> ~ <i>pV</i>
3	‘ele(s)’	$\emptyset$ - ~ <i>V-</i> ⁷

O quadro abaixo, extraído de Magalhães (2007, p. 178), apresenta os prefixos pessoais do modo imperativo e, em seguida, exemplos com verbos neste modo:

Prefixos pessoais do modo imperativo:

2/ IMP	‘eu’	<i>a-</i>
23/ IMP	‘vocês’	<i>p-</i> ~ <i>pi-</i> ~ <i>pV-</i>

- (54) *a-pyhy* ‘pegue-o!’ *h-apé* ‘sapeque-o!’
pah-apé ‘sapequem-no!’ *pi-pyhy* ‘peguem-no!’

Há uma série de prefixos pessoais (tanto do modo indicativo quanto do modo imperativo) que ocorre sempre que o tema verbal é iniciado pela vogal *a*, enquanto as séries dadas acima ocorrem nos demais contextos, conforme se pode ver nos exemplos em (55).

- (55) *a-pyhy* ‘eu peguei’ *xi-pyhy* ‘nós (incl) pegamos’
ari-pyhy ‘você pegou’ *pi-pyhy* ‘vocês pegaram’
ari-pyhy ‘nós (excl) pegamos’ $\emptyset$ -*pyhy* ‘ele pegou’, ‘eles pegaram’

Outros exemplos de verbos que ocorrem com prefixos pessoais são: *-watá* ‘andar’, *-já’ó* ‘chorar’, *-já(hó)* ‘ir’, *-(i)xá(k)* ‘ver’, *-hehé* ‘lavar’, *-iká* ‘matar’. Em (56), tem-se o exemplo com o verbo *apé* ‘sapecar’ que é marcado com prefixos da série que ocorre sempre

⁷ Conforme nota de Magalhães (2007), a letra *V* a ser utilizada nos alomorfes dos prefixos corresponde a uma vogal não idêntica à vogal do tema.

que o tema verbal é iniciado pela vogal *a*, assim como os verbos: *-awiró(k)* ‘nomear/ler’, *-apinũ* ‘ter pena’, *-a’ỹ* ‘experimental’, *-aja’ó(k)* ‘estripar’, *-ahú* ‘gostar’.

- (56) *h-apé* ‘eu o sapequei’ *xah-apé* ‘nós (incl) o sapecamos’
 har-apé ‘você o sapecou’ *pah-apé* ‘vocês o sapecaram’
 har-apé ‘nós (excl) o pegamos’ *h-apé* ‘ele o sapecou’, ‘eles o sapecaram’

Magalhães (2007) comenta que, comparando o Guajá com outras línguas da família Tupi-Guarani, há um fato incomum: no Guajá, no modo indicativo, a segunda pessoa do singular do verbo é marcada identicamente a primeira pessoa do plural exclusivo. A autora explica que essa situação pode ser resultado de uma aproximação fonológica entre os prefixos que nas outras línguas da família distinguem a 2ª singular da 1ª plural exclusiva (*ere-* e *oro-*, respectivamente). O Guajá distingue, entretanto, entre a primeira pessoa do plural e a segunda do singular nos pronomes pessoais dependentes e independentes.

O prefixo que marca a segunda pessoa do singular no modo imperativo, *a-*, é o que também marca a primeira pessoa do singular no modo indicativo. Desta forma, quando o contexto discursivo ou as palavras usadas na elocução não explicitam o modo, os pronomes independentes, que são facultativos, co-ocorrem com a forma verbal para evitar a ambiguidade. Os dados (57) e (58) exemplificam este caso.

- (57) *jahá a-tý* *manã ka’ á-pe*
 eu 1-jogar CTF3 mato-LOC
 ‘eu o joguei (fazendo ir) no mato’

- (58) *a-tý* *manã ka’ á-pe* *nijã*
 2/IMP-jogar CTF3 mato-LOC **você**
 ‘jogue-o você (fazendo ir) no mato!’

Além disso, não há diferença entre os prefixos pessoais dos modos imperativo e indicativo. A ambiguidade entre eles é resolvida pela entonação, muitas vezes reforçada pela presença do advérbio *rí* ‘logo’ ou do adjetivo *apáj* ‘rápido’ incorporado ao verbo, que resultam em construções típicas de enunciados imperativos, como mostram os dados em (59) e (60).

(59) *pah-awiró ri*
 23/IMP-ler **logo**
 ‘leiam logo!’

(60) *pah-awiró-apáj*
 23/IMP-ler-**depressa**
 ‘leiam rapidamente’

O prefixo de terceira pessoa tem alomorfes com distribuições específicas: em temas monossilábicos com consoante glotal o prefixo é uma vogal da mesma qualidade da vogal do tema (exemplos 61 e 62). Nos demais temas, ocorre o alomorfe Ø- (exemplos 63 e 64).

(61) *u- ’ú*
 ‘comeu-o’

(62) *o- ’ó*
 ‘arrancou-o’

(63) Ø-*ú*
 ‘veio’

(64) Ø-*nũ*
 ‘escutou-o’

Todos os conjuntos de prefixos representados acima são comuns aos verbos intransitivos e transitivos. No entanto, apenas uma pessoa do discurso se manifesta no verbo transitivo e a seleção desse participante depende de uma hierarquia referencial, a qual será tratada mais adiante. Antes é necessário conhecer os tipos de verbos no Guajá e estudar os diferentes processos morfológicos que eles sofrem.

2.3 A análise de Magalhães (2007) e Magalhães & Mattos (2014) para o alinhamento dos argumentos verbais

Segundo Monserrat & Soares (1986:165 *apud* Magalhães, 2007), a estrutura referencial do nível da oração representada pelos sintagmas nominais pode se realizar de diferentes maneiras de língua para língua, variando desde a ordem das palavras até a marcação de Caso. Monserrat & Soares propuseram a existência, no Proto-Tupí, de uma Hierarquia Referencial sintático-semântica que condiciona a escolha dos prefixos marcadores de pessoa nas orações transitivas, com base em dados de 17 línguas, 15 delas pertencentes à família Tupí-Guaraní e duas pertencentes a outras famílias, mas também pertencentes ao tronco Tupí.

Ainda segundo Monserrat & Soares (1986 *apud* Magalhães, 2007), no Proto-Tupí, se o agente for hierarquicamente superior ao paciente, ocorre o prefixo subjetivo (os prefixos pessoais); se o paciente é hierarquicamente superior ao agente, ocorre o prefixo objetivo (os prefixos pessoais dependentes relacionados ao tema verbal por meio dos prefixos relacionais). As autoras constataram que, na maior parte das línguas estudadas, a hierarquia referencial mantém-se em todas as relações, exceto naquelas em que se tem o sujeito de primeira pessoa e objeto de segunda, constituindo-se em possível situação de quebra da citada hierarquia.

Magalhães (2007) defende que, assim como em outras línguas da família Tupí-Guaraní, no Guajá, existe uma restrição segundo a qual apenas um dos argumentos é marcado no verbo, isto é, apenas uma pessoa do discurso se manifesta no verbo transitivo nos modos independentes (por meio dos prefixos pessoais ou por meio dos prefixos relacionais associados aos pronomes dependentes). A seleção do participante marcado no verbo depende da pessoa do sujeito e do objeto e revela, dessa forma, a existência de uma hierarquia referencial sintático-semântica que condiciona a escolha dos prefixos marcadores de pessoa nas orações transitivas do Guajá. A autora irá defender que, na língua Guajá, a hierarquia se dá de forma diversa de outras línguas da família Tupí-Guarani.

2.3.1. Predicados verbais intransitivos

Magalhães & Mattos (2014) nos mostra que esses verbos não se comportam de maneira homogênea. Por razões morfossintáticas, as autoras classificaram os verbos intransitivos em duas subclasses: eventivos e estativos. Os predicados intransitivos que

denotam eventos são assinalados no verbo pelos prefixos pessoais da série I, sinalizando o papel de agente; por outro lado, os predicados que denotam estado são assinalados no verbo pelos clíticos associados ao morfema relacional, sinalizando um papel de paciente. Os dados retirados de Magalhães & Mattos (2014, p. 264) exemplificam a divisão:

(65) <*a-wyhy*> (expressão do argumento único em predicados eventivos: série I)

1.I-correr

‘(eu) corri’

(66) <*ha = r-ahy*> (expressão do argumento único em predicados estativos: série II)

1.II = r-estar.doente

‘eu estou doente’

2.3.2. Predicados verbais transitivos

De acordo com Magalhães (2007), os verbos transitivos são sempre eventivos e, devido à hierarquia referencial presente na língua, apresentam dois paradigmas pessoais: a série I de prefixos pessoais e a série II de pronomes dependentes associados ao núcleo do verbo por um prefixo relacional. Os exemplos (67) e (68) ilustram os dois paradigmas com o verbo transitivo *pyhy* ‘pegar’:

(67) *Ø-pyhy*

3.I-pegar

‘(ele) (o/a) pegou’

(68) *ha=Ø-pyhy*

1.II=R-pegar

‘(ele) me pegou’

É a relação entre os participantes que condiciona a escolha dos marcadores de pessoa nas orações transitivas. Magalhães (2007) observou diversas construções transitivas e intransitivas da língua e, a partir delas, elaborou a hierarquia referencial do Guajá. A autora postula que primeira e segunda pessoa são hierarquicamente superiores à terceira, pois são

elas que se manifestam no verbo numa relação entre pessoas intralocutivas e extralocutivas (1 / 2 > 3).

Quando a relação é entre argumentos na 3ª pessoa não há hierarquia. Logo, Magalhães afirma que a hierarquia que se pode postular nesse caso é a de papel semântico, prevalecendo o agente sobre o paciente. Todos os dados abaixo foram retirados de Magalhães (2007, p. 192, 193, 194, 195).

(i) ‘agente’ > ‘paciente’

3 3

(69) Ø-xá

3-ver

‘ele o(s) viu’

(70) Ø-xá wỹ

3-ver PLU

‘eles o(s) viram’

(71) Arakuranĩxiká-Ø mukurí-a Ø-xá ka’á-pe

Arakuranĩxiká-N bacuri-N 3-ver mato-LOC

‘Arakuranĩxiká viu bacuri no mato’

Quando se trata das relações entre argumentos de primeira e segunda pessoa, de um lado, e de terceira pessoa de outro, o verbo sempre apresentará a marca da primeira ou segunda pessoa.

.

(72) **ha** = r-ixá a’iá

1 = R²-ver ele

‘ele me viu’

(73) **ni** = n-ixá a’iá

2 = R²-ver ele

‘ele te viu’ (?)

Nos exemplos em (72) e (73) acima, são os argumentos de 1ª e 2ª pessoa que são marcados no verbo.

Os exemplos abaixo ilustram casos em que há argumentos de 1ª e 3ª e de 2ª e 3ª, respectivamente, e como se pode atestar novamente, o verbo também recebe a marca de 1ª ou 2ª pessoa, independentemente de ser argumento externo ou interno.

(74) *jahá mukurí-a a-xá ka'á-pe*
 eu bacuri-N 1-ver mato-LOC
 ‘eu vi bacuri no mato’

(75) *nijã mukurí-a ari-xá ka'á-pe*
 você bacuri-N 2-ver mato-LOC
 ‘você viu bacuri no mato’

Com base nos dados acima, Magalhães (2007) postula que primeira e segunda pessoa são hierarquicamente superiores à terceira, pois são elas que se manifestam no verbo.

Quando os argumentos verbais são de 1ª e 2ª pessoa, o argumento que for tematicamente selecionado como argumento interno direcionará a concordância verbal.

(76) *nijã ha = r-ixá*
 você 1 = R²-ver
 ‘você me viu’

(77) *pijã ha = r-ixá*
 vocês 1 = R²-ver
 ‘vocês me viram’

(78) *nijã are = r-ixá*
 você 123 = R²-ver
 ‘você nos viu’

(79) *pijã are = r-ixá*
 vocês 123 = R²-ver
 ‘vocês nos viram’

(80) *jahá ni* = *n-ixá*
 eu 2 = R²-ver
 ‘eu te vi’

(81) *areá pĩ* = *n-ixá*
 nós 2 = R²-ver
 ‘nós te vimos’

(82) *jahá pĩ* = *n-ixá*
 eu 23 = R²-ver
 ‘eu vi vocês’

(83) *areá pĩ* = *n-ixá*
 nós 23 = R²-ver
 ‘nós vimos vocês’

A hierarquia da língua esperada seria $1 > 2 > 3$, assim como é na maioria das línguas indígenas da família Tupi-Guarani. Entretanto, ao se analisar a situação em que primeira pessoa atua sobre a segunda pessoa, ou vice-versa, Magalhães (2007) constata que a hierarquia entre pessoas intralocutivas não se trata nem $1 > 2$ e nem $2 > 1$, mas sim sobre quem exerce o papel de paciente.

Resumidamente, segundo Magalhães (2007), a hierarquia referencial na língua Guajá se dá da seguinte forma:

- (i) nas relações entre duas pessoas 3^a e 3^a, como não há hierarquia de pessoa, a hierarquia que rege a manifestação do argumento no verbo é a de papel semântico, onde ‘agente’ > ‘paciente’. (No capítulo 3 apresentaremos uma análise alternativa para esse fenômeno)
- (ii) nas relações entre pessoas 3^a e 1^a e 2^a constata-se uma hierarquia de pessoa, pois a pessoa que se manifesta no verbo, nestes casos 1^a e 2^a, é sempre superior a 3^a, o que demonstra que a hierarquia vigente é $1/2 > 3$.

- (iii) nas relações entre duas pessoas 1^a e 2^a não se constata uma hierarquia de pessoa, pois, independentemente de ser primeira ou segunda, a hierarquia será de papéis semânticos, onde ‘paciente’ > ‘agente’.

CAPÍTULO 3

CONCORDÂNCIA E HIERARQUIA DE PESSOA NO GUAJÁ

3.0 Introdução

O presente capítulo traz uma proposta de análise para os dados do Guajá apresentados no capítulo anterior. O capítulo discutirá três temas relacionados à sintaxe de concordância no Guajá. A pesquisa, que se baseia na análise dos dados apresentados em Magalhães (2002, 2007) e Magalhães & Mattos (2014), apresenta uma análise gerativista para a análise descritiva das autoras, que defendem que o Guajá é uma língua pertencente ao padrão Intransitivo-Absolutivo e que argumentos internos de verbos e nomes são antecidos por um morfema relacional. Em seguida, o capítulo discute a interação do sistema de concordância do Guajá com a hierarquia de pessoa e, por fim, faz breves considerações sobre a função do morfema relacional.

3.1 Considerações sobre ergatividade

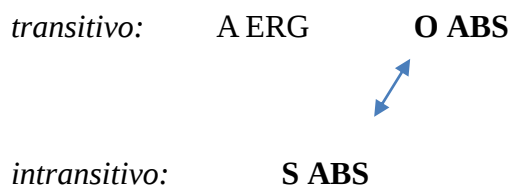
Dixon (1994) afirma que um quarto das línguas do mundo têm sido caracterizadas como “ergativas”. O autor afirma que, talvez, o primeiro caso conhecido, com uma discussão sobre construções ergativas, foi o de Fabricius (1801: 78-9) sobre o Eskimo Groelânde. Fabricius usou o termo 'nominativo transitivo' para aquilo que hoje em dia chamamos 'Caso ergativo' (cf. Seely 1977: 192).

Os casos de ergatividade não se limitam às línguas americanas. Seguindo Dixon ainda veremos que esse sistema de caso se mostra em línguas de outros continentes. Na América Central, por exemplo, as línguas da família Maia têm fortes características ergativas. A América do Sul também apresenta uma grande diversidade linguística. Consoante o autor, há neste continente os tipos mais complexamente condicionados de caso ergativo. Estruturas ergativas foram relatadas para idiomas das seguintes famílias: Jê, Arawak, Tupi-Guarani, Pano, Tacana, Chibcha e Caribe.

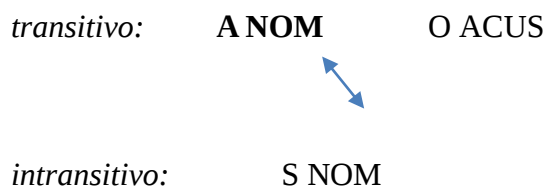
Segundo Dixon (1994), o termo 'ergatividade' tem sido usado para descrever línguas

que apresentam o seguinte padrão gramatical: o sujeito de um verbo intransitivo se assemelha ao objeto de verbo transitivo, e o sujeito de um verbo transitivo apresenta um comportamento distinto. O termo ergatividade apresenta distribuição complementar ao padrão da acusatividade, no qual o caso nominativo marca tanto o sujeito do verbo transitivo como o sujeito do verbo intransitivo. As iniciais A, S e O são propostas por Dixon (1972, 1994) para designar sujeito dos transitivos (A), sujeito dos intransitivos (S) e objeto dos transitivos (O). Esta marcação será utilizada neste capítulo. O esquema abaixo ilustra esses diferentes padrões.

(1) Sistema ERGATIVO-ABSOLUTIVO:



(2) Sistema NOMINATIVO-ACUSATIVO:



No nível morfológico, esse padrão é observado na marcação de Caso. Em línguas acusativas, sujeitos de verbos transitivos (A) e sujeitos de verbos intransitivos (S) recebem o mesmo tipo de marcação, enquanto o objeto em sentenças transitivas (O) é marcado diferentemente. O japonês é um exemplo de língua com padrão nominativo. Sendo assim, sujeitos de verbos transitivos (A) e inergativos (S) são marcados com *ga* (Caso Nominativo) e os objetos de verbos transitivos (O), com *o* (Caso Acusativo). Analisemos os dados do japonês extraídos de Aldridge (2008, p. 967).

- (84) Hanako = *ga* kita
 Hanako = NOM came
 ‘Hanako came’

- (85) Hanako = *ga* Taro = *o* *hihan-sita*
 Hanako = NOM Taro = ACC criticize-did
 ‘Hanako criticized Taro’

O exemplo (84) mostra que o sujeito intransitivo, *Hanako*, acompanhado da marca de Caso Nominativo, *-ga*, comporta-se da mesma forma que o sujeito da sentença transitiva em (85), *Hanako* acompanhado do marcador de Caso *ga*. O objeto da sentença transitiva (85), por outro lado, é marcado distintamente com a marca de acusativo, *-o*. Portanto, o padrão de alinhamento do japonês é o Nominativo-Acusativo.

Numa língua ergativa, S e O, ou seja, sujeitos de verbos intransitivos e objetos de verbos transitivos recebem o mesmo tipo de marcação, Caso Absolutivo. Sujeitos de verbos transitivos (A) recebem uma marca distinta, Caso Ergativo. De acordo com Dixon (1994, p. 161), um exemplo de língua ergativa-absolutiva é o Dyirbal (Língua Pama Nyungan⁸):

- (86) *yabu* *banaga-n^yu*
 mother.ABS return-NONFUT
 ‘Mother returned.’
- (87) *nguma* *yabu-nggu* *bura-n*
 Father.ABS. mother-ERG see-NONFUT
 ‘Mother saw father.’

Os dados acima mostram que o sujeito da oração intransitiva em (86), *yabu*, é marcado semelhantemente ao objeto da sentença transitiva em (87), *nguma*. Ou seja, a marca de absolutivo de ambos é foneticamente nula, como atestam os exemplos. O Caso ergativo é realizado como o sufixo *-nggu* nessa língua.

Em certas línguas indígenas, como o Karitiana, o padrão de alinhamento é analisado por meio dos morfemas de concordância que aparecem no verbo e, não, por meio da morfologia de Caso presente nos nomes.

De acordo com Storto (1999), no Karitiana, as marcas de pessoa presentes no verbo

⁸ O Pama-Nyungan inclui a maioria das línguas australianas. Entre eles estão: o Dyirbal, o Kamilaroi, o Martuyhunira Language, o martu Wangka, a linguagem Nhanda, o Pintupi, o Walmajarri Language, o Warlpiri, a Yankunytjatjara, o Yidiny Language. O grupo foi identificado pelo lingüista estadunidense Kenneth Hale (1934 – 2001) do MIT na sua classificação das línguas nativas da Austrália.

não são pronomes, mas, sim, manifestações da concordância do verbo com um dos argumentos verbais. Essa constatação foi feita por Storto (1999) com base em dois fatos: primeiro, há coocorrência entre as marcas de pessoa em questão e de pronomes livres; segundo, há distribuição complementar entre a ordem dos constituintes nas sentenças principais (SVO, OVS, VOS, VSO) e subordinadas (SOV ou OVS).

Com relação à morfologia prefixal nos verbos, observa-se que no Karitiana, as marcas de concordância nos verbos se manifestam da seguinte forma (Storto 2009: 186)⁹:

(88) Paradigma de verbo transitivo em Karitiana (não futuro e futuro): SVO

yn ytaahoj/i yn	Eu ri/vou rir de mim
yn ataahoj/ i an	Eu ri/vou rir de você
yn naahoj/i i	Eu ri/vou rir dele
yn ytaaahoj/i yta	Eu ri/vou rir de nós (mas não de você)
yn yjtaahoj/ i yjxa	Eu ri/vou rir de todos nós
yn ajtaahoj/ i ajxa	Eu ri/vou rir de vocês
yn naaahoj/i i	Eu ri/vou rir deles

O que os dados acima mostram é que o verbo transitivo (*ahoj*) ‘rir de alguém’ está flexionado para concordar com o objeto e não com sujeito. O argumento único do verbo intransitivo é flexionado com as mesmas marcas de pessoa que expressam o argumento O dos verbos intransitivos, como pode ser atestada nos dados abaixo (*op. cit.*, p. 186):

(89) Paradigma de verbo intransitivo em Karitiana (tempos futuro e não-futuro): VS

ytaahyt/j yn	Eu bebo/vou beber
ataahyt/j an	Você bebe/vais beber
naahyt/j i	Ele bebe/vai beber
ytaahyt/j yta	Nós (mas não você) bebemos/vamos beber
yjtaahyt/j yjxa	Nós bebemos/vamos beber
ajtaahyt/j ajxa	Vocês bebem/vão beber

⁹ De acordo com Storto (2009), nos paradigmas abaixo, os morfemas de primeira pessoa (*y-*, *yta-*, *yj-*) e de segunda pessoa (*a-*, *aj-*) antecedem o alomorfe de modo declarativo *ta(ka)-*. O morfema de terceira pessoa é zero-, e coocorre com o alomorfe de modo declarativo *na(ka)-*. O padrão é o mesmo no tempo futuro (*-j/-i*) ou não-futuro (*-t/zero*).

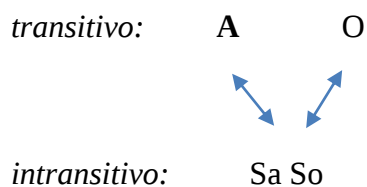
naahyt/i

Eles bebem/vão beber

O que os dados acima mostram é que o verbo intransitivo ‘beber’ está flexionado para concordar com seu sujeito.

Dixon (1994: 71) acrescenta que há certas línguas em que o argumento único do verbo intransitivo (S) se comporta ora como A e ora como O. Tais línguas são denominadas Split S ou Fluid S pelo autor. O exemplo abaixo ilustra esse tipo de língua

(3) Sistema INTRANSITIVO-ABSOLUTIVO (Split S):



Para Dixon (1994: 71), O Guaraní, uma língua Tupi-Guarani do Paraguai, é uma língua que apresenta tal padrão. Como iremos observar, na próxima seção, a língua Guajá também pertence a esse padrão.

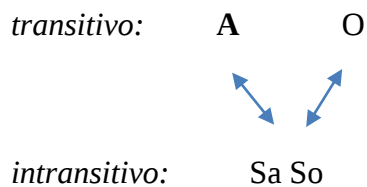
3.2 O Guajá como língua pertencente ao sistema *Intransitivo-absolutivo*

Magalhães & Mattos (2014), em relação ao Guajá, argumentam a favor de que há uma cisão na classe dos intransitivos, pois os verbos intransitivos possuem uma divisão em: intransitivos eventivos e intransitivos estativos (cf. Cap 2, p. 43). O argumento único dos intransitivos eventivos alinha-se com o sujeito dos verbos transitivos, como se pode ver no esquema elaborado acima, padrão do Guajá (1i) e (2). O argumento único dos intransitivos estativos alinha-se com o objeto dos verbos transitivos, como se pode perceber no esquema elaborado acima, padrão do Guajá (1ii) e (3).

O alinhamento ocorre por meio das marcas de pessoa, divididas em série I e série II. A série I marca argumentos externos de predicados transitivos, argumento único de predicados intransitivos eventivos; série II: “codifica na língua a expressão do argumento interno dos diferentes tipos de sintagma, já que ela se refere ao argumento interno de verbos transitivos,

ao argumento único de verbos intransitivos estativos, ao argumento interno de nomes divalentes e ao argumento interno de posposições” (*op. cit.* p.28). Portanto, o Guajá apresenta o que Dixon (1994) aponta como Split-S:

(3) Sistema INTRANSITIVO-ABSOLUTIVO (Split S):



Para Magalhães & Mattos (2014) o Guajá apresenta uma cisão interna na classe dos verbos intransitivos, uma cisão ativo-estativa marcada morfologicamente pelos marcadores pessoais, uma vez que os marcadores pessoais da série I são analisados como marca de nominativo, enquanto os da série II são analisados como marca de absolutivo (p. 265). As autoras denominam esse fenômeno como intransitividade cindida, mas este é também conhecido como alinhamento nominativo-absolutivo. Vejamos o comportamento dos verbos do Guajá com diferentes classes verbais:

A: Verbos intransitivos:

(90) Ø- *jã*

3.I-cantar

'ele canta'

(91) Ø- *jã*

wỹ

3.I-cantar

PLU

'eles cantam'

(92) Ø- *kere*

3.I-dormir

'ele dorme'

(93) Ø- *kere*

wỹ

3.I-dormir

PLU

'eles dormem'

(94) $\emptyset$ -*wa'a*

3.I-cair

'ele cai'

(95) $\emptyset$ -*wa'a* *wỹ*

3.I-cair PLU

'eles caem'

(96) $\emptyset$ -*ju*

3.I-chegar

'ele chegou'

(97) $\emptyset$ -*ju* *wỹ*

3.I-chegar PLU

'eles chegaram'

B: Verbos transitivos

(98) a. *a'e* *tatu-a* $\emptyset$ -*ika*

esse tatu-N 3.I-matar

'ele matou o tatu'

b. *a'e* *tatu-a* $\emptyset$ -*ika* *wỹ*

esse tatu-N 3.I-matar PLU

'eles mataram o tatu'

(99) a. *a'e* *tatu-a* *u-'u*

esse tatu-N 3.I-comer

'ele comeu o tatu'

b. <i>a'e</i>	<i>tatu-a</i>	<i>u-'u</i>	<i>wỹ</i>
esse	tatu-N	3.I-comer	PLU
'eles comeram o tatu'			

Como se pode atestar dos dados acima, se os argumentos do verbo são de terceira pessoa, verbos intransitivos e verbos transitivos apresentam o mesmo morfema nulo [Ø]. Com a comparação dos dados acima, não é possível afirmar se o Guajá é uma língua com padrão de alinhamento ergativo ou nominativo. O que se pode concluir dos dados acima é que verbos intransitivos eventivos apresentam as mesmas marcas morfológicas que verbos transitivos, quando os argumentos estão na 3ª pessoa do singular ou do plural.

Analisemos e comparemos, a seguir, verbos intransitivos eventivos e verbos transitivos que possuam dois argumentos, na primeira e na segunda pessoa, contextos em que os verbos não apresentam morfemas nulos e contextos que também não apresentam a hierarquia de pessoa do Guajá, que, como visto no Capítulo 2, é: $1 = 2 > 3$.

A': Verbos transitivos

- (100) *jahá* *ni = r-ixa*
 eu 2.II = R-ver
 'eu te vi'

- (101) *nijã* *ha = r-ixa*
 você 1.II = R-ver
 'você me viu'

Como se pode atestar nos exemplos acima, o verbo apresenta dois argumentos e receberá a marca morfológica do argumento que ocupa a posição de objeto (O). Por exemplo, em (100), o verbo *ver* recebe o morfema de segunda pessoa *ni*, que exerce a função de objeto da sentença transitiva. O mesmo ocorre em (101), o verbo *ver* recebe o morfema *ha* de primeira pessoa, que é o objeto da sentença transitiva. Isto é, o verbo é flexionado para concordar com o objeto, considerando que o Guajá é uma língua de sujeito e objeto nulo.

Por outro lado, se o verbo apresenta um único argumento, é intransitivo, o verbo receberá a marca morfológica do argumento que ocupa a posição de sujeito da sentença intransitiva (S). Por exemplo, em (102) e (103), o verbo *correr* recebe os morfemas *a* e *ari* de

primeira e segunda pessoa, respectivamente. Em (104) e (105), o verbo *cair* também recebe o morfema de primeira pessoa, *a*, e o morfema de segunda pessoa, *ari*. Em ambos os casos, os prefixos, como argumentos únicos das sentenças intransitivas, são responsáveis por disparar a concordância.

B' : Verbos intransitivos

(102) *a-wyhy*
1.I-correr
'eu corro'

(103) *ari-wyhy*
2.I-correr
'você corre'

(104) *a-wa'a*
1.I-cair
'eu caí'

(105) *ari-wa'a*
2.I-cair
'você caiu'

Ao compararmos os dados das sentenças transitivas em (100) e (101) com os dados das sentenças intransitivas de (102) a (105), é possível atestar o alinhamento na língua Guajá. Examinemos novamente os dados dos verbos transitivos e intransitivos no contexto dos argumentos de primeira e segunda pessoa.

(102) *a-wyhy*
1.I-correr
'eu corro'

(104) *a-wa'a*
1.I-cair

'eu caí'

- (101) *nijã* **ha** = *r-ixa*
 você 1.II = R-ver
 'você me viu'

Os exemplos acima mostram que o objeto da transitiva (O) não é marcado de forma semelhante ao sujeito das intransitivas (S), pois os verbos intransitivos eventivos, dos exemplos (102) e (104), são marcados pelos morfemas da série I, enquanto o exemplo (101), com o verbo transitivo, apresenta um morfema da série II. O mesmo se dá com os dados com argumentos de segunda pessoa:

- (103) **ari**-*wyhy*
 2.I-correr
 'você corre'

- (105) **ari**-*wa'a*
 2.I-cair
 'você caiu'

- (100) *jahá* **ni** = *r-ixa*
 eu 2.II = R-ver
 'eu te vi'

Contudo, ao compararmos os exemplos (100) e (101), com verbos transitivos, e dados com verbos intransitivos estativos, nota-se um alinhamento entre sujeito da intransitiva e objeto da transitiva, pois recebem a mesma marca morfológica, a série II:

- (100) *jahá* **ni** = *r-ixa*
 eu 2.II = R-ver
 'eu te vi'

- (101) *nijã* **ha** = *r-ixa*
 você 1.II = R-ver

' você me viu'

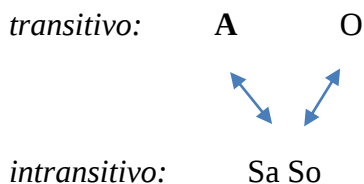
(106) *ha = r-apaj*

1.II = R-estar.com.sono

'eu estou com sono'

Portanto, formulou-se a hipótese de que o Guajá apresenta verbos intransitivos cujo argumento único ora é marcado como Agente de verbo transitivo, ora como Objeto de verbos transitivos, podendo ser classificado como uma língua Split S (cf. Magalhães & Mattos 2014).

(3) Sistema INTRANSITIVO-ABSOLUTIVO (Split S):



3.3 Considerações sobre a hierarquia de pessoa e cisão da ergatividade no Guajá

Como visto no Capítulo 2, a hierarquia de pessoa é um fenômeno comum em línguas indígenas da Família Tupí. Essa hierarquia pode ser entendida como a relação entre as pessoas do discurso, na qual uma pessoa é hierarquicamente superior à outra. A hierarquia referencial tem sido tratada como um fenômeno sintático-semântico que condiciona a escolha dos prefixos marcadores de pessoa nas orações transitivas de diversas línguas indígenas. Em boa parte dessas línguas, os verbos transitivos apresentam prefixos de concordância, no entanto, somente um argumento é morfologicamente marcado no verbo, o qual será definido pela hierarquia, sendo selecionado o argumento que é hierarquicamente mais alto.

Como visto no capítulo 2, há uma hierarquia de pessoa que se revela da seguinte forma $1 = 2 > 3$, ou seja, caso o verbo tenha dois argumentos, e tais argumentos estejam na primeira ou segunda pessoa, o que ocupar a posição de argumento interno será inserido na posição prefixal do verbo. Caso haja dois argumentos verbais e um esteja na primeira pessoa e o

outro na terceira pessoa, o argumento mais alto na hierarquia, ou seja, o de primeira pessoa ocupará a posição prefixal do verbo.¹⁰ Analisemos os exemplos abaixo para ver como essa hierarquia funciona:

(107) *a-xa*

1.I-ver

'eu (o/a) vi'

(108) *ari-xa*

12.I-ver

'nós (o/a) vimos'

No exemplo em (107), o verbo *xa* 'ver' possui dois argumentos: eu e ele. O prefixo *a*, indica a primeira pessoa, e o objeto de terceira pessoa é nulo na oração (apesar de em alguns casos o objeto poder estar presente na forma de um pronome livre). No exemplo em (108), o verbo *xa* 'ver' também apresenta dois argumentos, *ari*, na primeira pessoa do plural e o de terceira pessoa, que é nulo. Como dito acima, a hierarquia de pessoa no Guajá se organiza da seguinte forma: a primeira e a segunda pessoas possuem o mesmo status, e ambas se sobrepõem à terceira pessoa, $1 = 2 > 3$. Sendo assim, em (107) e (108), pelo fato de haver dois argumentos, um na primeira pessoa e o outro na terceira pessoa, será o argumento de primeira pessoa que ocupará a função de sujeito. Vejamos como funciona a hierarquia de pessoa com verbos transitivos com argumentos de segunda e terceira pessoa, como no exemplo (109):

(109) *ari-xa*

2.I-ver

'você (o/a) viu'

No exemplo em (109), o verbo *xa* 'ver' apresenta dois argumentos, os argumentos são *ari*, na segunda pessoa do singular e objeto nulo de terceira pessoa. Como a hierarquia no

¹⁰ Os dados fornecidos, generosamente, por Magalhães vieram com uma observação muito importante. A autora nos alertou que, para que os dados sejam válidos, ela não poderia produzi-los, pois não é falante nativa. Então, ela pegou um dado com o verbo transitivo 'ver' -*xa* ~ -*ixa* e aplicou a regra da hierarquia de pessoa. Os dados apresentados nos exemplos desta sessão são apenas para ilustrar didaticamente o que pedimos que fosse traduzido pela autora.

Guajá é $1 = 2 > 3$, o sujeito na oração (109) será o argumento na segunda pessoa. É importante ressaltar que na série I de marcadores pessoais, o prefixo de 1ª pessoa do plural (glosado como 12.I) é idêntico ao de 2ª pessoa do singular (glosado como 2.I). Em (110) como os dois argumentos verbais são de terceira pessoa, o prefixo pessoal que acompanhará o verbo será o de argumento externo. Só é possível saber que a marca de terceira pessoa se refere ao argumento externo porque ela é expressa por meio da série I de prefixos pessoais, que expressam a pessoa do argumento agente em um verbo transitivo em oposição à expressão do paciente por meio da série II.

(110) Ø-*xa*

3-ver

'ele (o(s) /a(s)) viu'

A seguir exemplificaremos como ficam as sentenças do Guajá quando o argumento de terceira pessoa é o *sujeito* do verbo transitivo (A) e a pessoa de (O) é primeira ou segunda. Por causa da hierarquia de pessoa, o prefixo verbal que é anexado ao verbo é referente ao (O), que é um argumento mais alto na hierarquia de pessoa. Em outras palavras, será o argumento de primeira ou segunda pessoa marcado no verbo, e não o sujeito lógico (A) que, nesse caso, está manifesto e ocorre na posição pós-verbal. Analisemos os exemplos em (111) e (112):

(111) *ha* = *r-ixa*

a'ia

1.II = R-ver

ele/ela

'ela/ele me viu'

(112) *ni* = *r-ixa*

a'ia

2.II = R-ver

ele/ela

'ela/ele te viu'

Como afirmado anteriormente, a hierarquia de pessoa descrita por Magalhães (2007) postula que primeira e segunda pessoa são equivalentes. Observaremos a seguir dados em que estas duas pessoas são argumentos de verbos transitivos para verificar como ocorre a marcação de pessoa no verbo. Examinemos os exemplos (113) e (114) com verbo *xa* 'ver'.

(113) *jaha ni = r-ixa*

eu 2.II = R-ver

'eu te vi'

(114) *nijã ha = r-ixa*

você 1.II = R-ver

'você me viu'

Nos exemplos (113) e (114), o verbo *xa* 'ver' possui dois argumentos, um na primeira pessoa e o outro na segunda pessoa em (113), e um na segunda pessoa e outra na primeira pessoa em (114). Como a hierarquia referencial diz que $1 = 2$, o elemento marcado no verbo será aquele que ocupa a posição de objeto e, por isso, virá com pronome clítico associado ao morfema relacional, como atesta os exemplos acima.

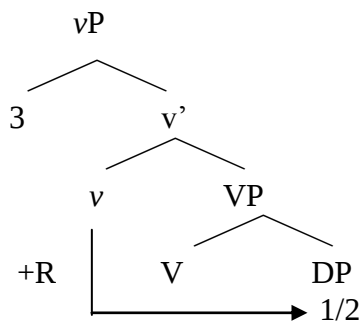
Conforme Coon (2012), a ergatividade tem um papel importante para o entendimento da natureza do Caso, da concordância, da estrutura argumental e a relação entre eles. Há uma série de estudos na tradição gerativista que levantam questões sobre os padrões de Caso ergativo e concordância. A questão levantada pela autora é de que, de fato, línguas ergativas não parecem ser consistentemente ergativas. Para a autora, línguas ergativas mostram padrão ergativo apenas em um subconjunto de sua gramática. Em um nível morfológico, a divisão em caso de marcação e concordância pode ser desencadeada por certos aspectos, como pelo tipo de argumentos nominais envolvidos (por exemplo, pronomes vs. substantivos comuns), ou a semântica do verbo. Em um nível sintático, é comum achar línguas morfológicamente ergativas cuja sintaxe, no entanto, segue um padrão nominativo-acusativo. A conta para a ergatividade cindida tem similarmente variado e incluído diferentes propriedades de atribuição de Caso de núcleos de v^0 , as diferenças estruturais entre ergativos e ambientes de cisão e noções funcionais de afetação ou marcação.

Coon (2012) alerta que é preciso ter cuidado ao se falar em padrão ergativo mais do que ao se falar em línguas ergativas. A inconsistência de um padrão ergativo em uma determinada língua é um fato para a autora, pois é comum encontrar línguas morfológicamente ergativas em que a sintaxe, no entanto, segue um padrão Nominativo-Acusativo, como é o caso do Basco. O rótulo "cisão ergativa" é geralmente reservado para línguas em que a cisão é encontrada dentro da morfologia, ou seja, um padrão de marcação ergativo em uma porção de sua gramática e um padrão não-ergativo em outra.

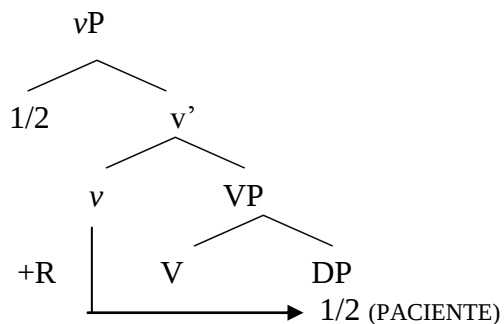
Os morfemas da série I e II são considerados manifestações do sistema de atribuição

de Caso na língua. Portanto, com a série I – Atribuição Spec Head – há o movimento do DP mais alto dentro de vP ; com a série II – Atribuição de Caso, não canônica – ocorre o movimento do DP mais alto dentro de vP . As representações arbóreas abaixo mostram o funcionamento do sistema de concordância quando há, ou quando não há hierarquia de pessoa. Nota-se que não há concordância com terceira pessoa quando é argumento interno.

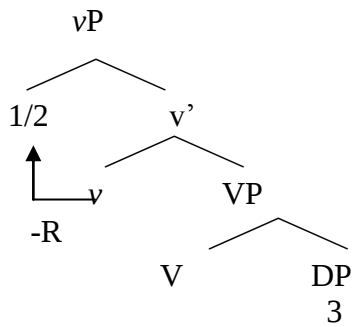
(i) 3^a *versus* 1^a/2^a (série II):



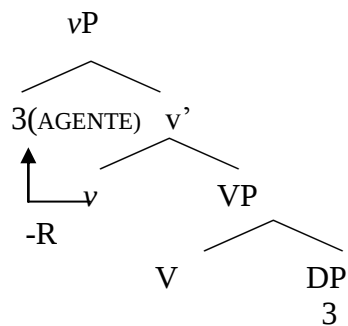
(ii) 1^a/2^a *versus* 1^a/2^a (série II):



(iii) 1^a/2^a *versus* 3^a (série I):



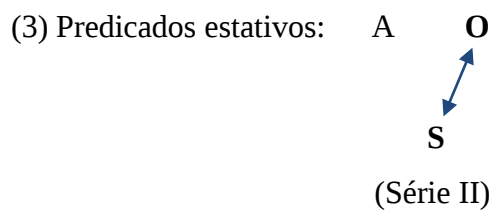
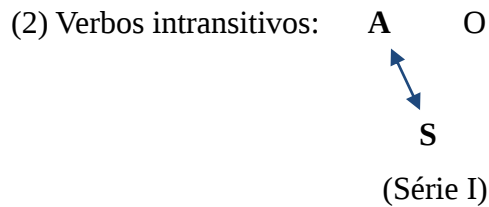
(iv) 3^a *versus* 3^a (série I):



Levando-se em consideração a hierarquia de pessoa, o padrão de alinhamento das orações no Guajá é representado da seguinte maneira:

A: Padrões do Guajá

- (1) Verbos transitivos:
- | | | | |
|-----------------|----------|--------------|---------------------|
| i) A | O | ii) A | O (2-1; 1-2) |
| ↕ | | ↕ | |
| S | | S | |
| (Série I) | | (Série II) | |
| (1-2/3 ou 3 -3) | | | |



3.4 Algumas observações sobre o morfema relacional

O morfema relacional tem sido analisado de diferentes formas nos estudos linguístico. Há diversas propostas de análise para tal morfema. Por um lado temos a literatura que trata de línguas indígenas brasileiras, por exemplo, considera o morfema flexional um termo que assinala a relação de dependência de uma palavra que é núcleo de um sintagma, o determinado, com o seu determinante. Para Rodrigues (1990b *apud* Magalhães, 2007), os morfemas relacionais “marcariam a contiguidade ou não-contiguidade de um genitivo antes de um nome, de um sujeito antes de um verbo descritivo, de um objeto antes de um verbo transitivo e de um nome antes de uma posposição, ou seja, um dependente antes de um núcleo”.

Por outro lado, a literatura gerativista, também apresenta várias análises para tal morfema: os prefixos relacionais figuram no núcleo de predicados (verbais, nominais e posposicionais), assinalando a relação de concordância que este estabelece com seu complemento. Payne (1994b) apresentou a proposta de que estes prefixos relacionais associados aos marcadores de pessoa seriam responsáveis pela codificação de um sistema inverso nas línguas da família Tupi-Guarani. Outros trabalhos feitos com línguas diversas das línguas Tupi-Guarani também apresentaram essa mesma questão. Sandalo (2009), por exemplo, em seu trabalho sobre o Kadiwéu, aponta que o morfema relacional da língua é um

morfema de concordância que marca uma ordem inversa. A presença do morfema relacional, segundo Sandalo (2009, 2014), indica que a construção não está na ordem direta da língua (VO) e, sim, na ordem inversa (OV).

De acordo com Gildea (1994), línguas que apresentam voz inversa são aquelas nas quais sentenças transitivas podem ser expressas tanto a partir de construções diretas ou inversas. A construção direta é usada quando o sujeito da sentença transitiva é mais saliente que o objeto, em termos de hierarquia de pessoa, animacidade ou obviação. Por outro lado, a construção inversa é usada nos casos em que o objeto é mais saliente do que o sujeito. (SÂNDALO, 2014: 650)

Analisemos brevemente os contextos em que ocorrem morfemas relacionais no Guajá: quando não há 3ª pessoa envolvida, isto é, o argumento direto é ou de 1ª pessoa, ou de 2ª pessoa, o argumento interno será marcado como objeto, independentemente da pessoa referencial (primeira ou segunda). Nesses casos, o morfema relacional (ou inverso) deve estar presente, conforme ilustram os exemplos abaixo.

(102) *jaha* **ni** = **r-ixa**
 eu **2.II** = **R-ver**
 ' eu te vi'

(103) *nijã* **ha** = **r-ixa**
 você **1.II** = **R-ver**
 ' você me viu'

Payne (1994b) observou que a noção de inversão ocorre nas sentenças transitivas. Contudo, a morfologia assumida como inversa (Série II) ocorre, no Guajá, também com intransitivas estativas, sintagmas posposicionais e sintagmas nominais. Para a autora, a distribuição da Série II pode ser motivada pelo fato de que todas as construções nas quais estes prefixos ocorrem são orientadas para O ou, ao menos, não orientadas para A, conforme contrasta os exemplos abaixo:

(106) *a-xa* *apaj*
 1.I-ver rapidamente
 'eu o/a vi rapidamente'

(107) *ha = r-ixa* *apaj*
 1.II = R-ver rapidamente
 'ele/a me viu rapidamente'

Contudo, no Guajá, há um questionamento sobre morfossintaxe inversa, como proposto por Payne (1994b), devido ao fato já citado de que o relacional ocorre em sintagmas nominais, sentenças intransitivas estativas e em sintagmas posposicionais. Para Velázquez-Castillo (2008) a proposta de Payne (1994b) de inversão somente nas sentenças transitivas não é o suficiente para explicar o relacional como inverso, pois há grande variedade de contextos em que o prefixo relacional ocorre. Ou seja, somente em um contexto ocorreria o inverso com essa função e os outros contextos seriam desconsiderados.

Sandalo (2009) e Freitas (2011) buscam, com base em Jelinek e Carnie (2003), reinterpretar a noção de inversão, conforme proposta por Payne (1994b), em termos de movimento sintático. As autoras fazem uma relação entre hierarquia de pessoa e ordem sintática utilizando para isso os testes e conceitos da Gramática Gerativa.

Sandalo e Freitas contrastam o argumento interno de primeira e segunda pessoa, que precede o verbo, com o argumento interno de terceira pessoa, o qual permanece em posição pós-verbal. Com base nos dados do Avá Guaraní (Freitas, 2011), do Kadiwéu (Sandalo, 2009) e dos trabalhos de Jelinek e Carnie (2003) as autoras argumentaram que o deslocamento do objeto nessas línguas pode ser compreendido como um reflexo sintático ocasionado pela hierarquia de pessoa.

Para explicar a noção de inversão proposta, foi admitida a existência uma projeção funcional AspP (cf. Jelinek; Carnie, 2003), acima de vP, que aloca argumentos internos de primeira e segunda pessoa. Conforme Freitas:

Este movimento do objeto gera uma configuração em que há dois especificadores que engatilham concordância. No entanto, existe somente um único nóculo para implementação da concordância. Desse modo, argumentamos que ocorre no componente pós-sintático uma operação de fusão que une os nósculos T e AspP em um único nóculo [T, AspP]. Este nóculo fundido será o domínio no qual ocorrerá a Inserção Vocabular. (FREITAS, 2011: 29)

Diante do exposto acima, há a possibilidade de se reinterpretar o prefixo relacional no Guajá como um morfema de inversão sintática com base nos estudos gerativistas de Sandalo e Freitas, pois o relacional - como nessas línguas - é acionado quando o objeto aparece na posição pré-verbal em orações transitivas e quando a oração é intransitiva estativa. Essa explicação, contudo, não abarca os sintagmas nominais e posposicionais. Deixaremos para pesquisa futura, uma discussão teórica mais detalhada sobre o prefixo relacional no Guajá.

3.5 Considerações finais

O presente capítulo teve o objetivo de fazer uma análise para os dados do Guajá, discutindo três temas relacionados à sintaxe de concordância no Guajá. Apresentou-se a proposta de Magalhães & Mattos (2014) de que o Guajá apresenta um alinhamento nominativo-absolutivo e foram feitas breves considerações sobre a função do morfema relacional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente dissertação examinou, sob a perspectiva da Teoria Gerativa, a sintaxe da língua Guajá. O objetivo inicial foi o de explicar o funcionamento da concordância na língua. Para isso, foi usada a versão mais recente do modelo gerativista, o Programa Minimalista (Chomsky, 1993, 1995, 2000, 2001), o qual forneceu o embasamento teórico da pesquisa. Para mostrar o estatuto da concordância dentro desse modelo, a operação *Agree* foi descrita e, também, utilizaram-se autores como Cobertt (2006) e Miyagawa (2010), que abordam o fenômeno da concordância nas línguas humanas.

Os dados apresentados nesta dissertação foram retirados da tese de Magalhães (2007), principal estudiosa da língua, que elaborou toda a descrição morfossintática do Guajá e, também, do artigo de Magalhães & Mattos (2014). A análise gramatical dos dados do Guajá constitui-se de três aspectos relacionados à sintaxe: (i) o padrão de concordância da língua; (ii) a interação do sistema de concordância do Guajá com a hierarquia de pessoa; e (iii) a relação entre a ordem dos constituintes e o morfema relacional. Esses aspectos foram examinados à luz de propostas teóricas como a de Dixon (1994), Storto (1999), Sandalo (2009), entre outros, e permitiu que se levantasse a seguinte hipótese: o Guajá é uma língua de padrão Ergativo-Absolutivo.

Atestou-se que, conforme defendido por Magalhães & Mattos (2014), a língua apresenta o padrão de alinhamento do tipo Intransitividade Cindida; pois apresenta uma cisão ativo-estativa na subclasse dos intransitivos, uma alinhada com o sujeito dos verbos transitivos e outra alinhada com o objeto dos verbos transitivos. O que vem sendo tratado na literatura como “intransitividade cindida”, com um padrão de alinhamento Nominativo-absolutivo.

Outra questão levantada foi o estatuto do morfema relacional. Nesta dissertação, foi proposto que, conforme Sandalo (2009), o morfema relacional pode ser reinterpretado como um morfema inverso, pois é marcado quando o argumento interno do núcleo do predicado aparece na posição pré-verbal, alterando a ordem canônica do Guajá (SVO), em orações transitivas e orações intransitivas estativas, gerando a ordem inversa, OV.

As análises apresentadas precisam ser aprofundadas, questão que poderá ser abordada em estudos futuros. Não obstante, a distinção de alinhamento do Guajá em relação a outras línguas da família Tupi-Guarani está relacionada à caracterização da sua hierarquia

referencial, o que permitiu a identificação do seu padrão e a postulação da existência de cisão no sistema de alinhamento.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALDRIDGE, E. (2008). *Generative approaches to ergativity*. Language and Linguistic Compass: Syntax and Morphology 2:966–995.
- BOBALJIK, J. D. (1993). *On ergativity and ergative unergatives*. In Colin Phillips (ed.), Papers on case and agreement II, MIT Working Papers in Linguistics 19, 45–88.
- CABRAL, A. S. A. (1996). Algumas evidências linguísticas de parentesco genético do Jo'é com as línguas Tupí-Guaraní. *Moara, Revista dos Cursos de Pós-Graduação em Letras*, (4), 47-76. Belém: UFPA.
- CANÇADO, M. (2000). *O lugar da semântica em uma teoria grammatical*. Estudos Linguísticos, 29: 67-78.
- CHOMSKY, Noam (1965). *Aspects of the theory of syntax*. Cambridge: MIT.
- CHOMSKY, N. (1993). *Lectures on government and binding: The Pisa lectures* (No. 9). Walter de Gruyter.
- CHOMSKY, Noam (1995). *The Minimalist Program*. Trad. Raposo, E. O Programa Minimalista. Lisboa: Caminho, 1999.
- CHOMSKY, N. (2000). *New horizons in the study of language and mind*. Cambridge University Press.
- CHOMSKY, N. (2001). *Derivation by phase*. In Ken Hale: A life in language, ed. M. Kenstowicz, 1-52. Cambridge: MIT Press.
- COBERTT, G. (2006). *Agreement*. Cambridge: Cambridge University Press.
- COON, J. (2012). *TAM split ergativity* (Parts I–II). Language and Linguistics Compass 7, 3: 171–200.
- DIXON, R. M.W. (1972). *The Dyirbal language of North Queensland*. Cambridge: Cambridge University Press.
- DIXON, R. M. W. (1994). *Ergativity*. Cambridge, England: Cambridge University Press.
- FORLINE, L. C., Fonte: Instituto Socioambiental/ Povos indígenas no Brasil. Disponível em: <http://pib.socioambiental.org/pt/povo/guaja>. Acesso em: 02/04/2014.
- FREITAS, M. L. A. *Hierarquia de Pessoa em Avá Guarani: aspectos sintáticos e morfológicos*. LIAMES 11, v. 11, pp. 7-33, 2011.
- FREITAS, M. L. A. (2011). *Hierarquia de pessoa em Avá Guarani: considerações a partir da Morfologia Distribuída*. Dissertação de Mestrado. Campinas: UNICAMP.

- LEGATE, J. A. (2002). *Warlpiri: theoretical implications* (Doctoral dissertation, Massachusetts Institute of Technology).
- LEGATE, J. A. (2008). Morphological and abstract case. *Linguistic Inquiry*, 39(1), 55-101.
- MAGALHÃES, M. M. S. (2002). *Aspectos Fonológicos e Morfossintáticos da Língua Guajá*. Dissertação de Mestrado. Brasília: UnB.
- MAGALHÃES, M. M. S. (2007). *Sobre a morfologia e a sintaxe da língua Guajá*. Tese de Doutorado. Brasília: UnB.
- MAGALHÃES, M. M. S. & MATTOS, A. C. R. *Classes de palavras, tipos de predicados e sua relação com a intransitividade cindida em Guajá*. Revista [online] de Linguística e Teoria Literária: Via Litterae, Anápolis, v. 6, n° 2, pp. 251-284, 2014.
- MIYAGAWA, S. (2010) *Why Agree? Why Move?* Unifying Agreement-based and Discourse Configurational Languages. 2010, MIT Press.
- NEVINS, A.; SANDALO, F. *Markedness and morphotactics in Kadiwéu [+participant] agreement*. Morphology, 2010.
- PAYNE, D. L. "The Tupí-Guaraní inverse." In: HOPPER, P.; FOX, B. (Eds.) *Voice: Form and Function*. Amsterdam: John Benjamins. 1994b.
- RODRIGUES, A. D. (1984/85). Relações internas na família lingüística Tupí-Guaraní. *Revista de antropologia*, v. 27/28, USP, São Paulo.
- SANDALO, F. *Person Hierarchy and Inverse Voice in Kadiwéu*. LIAMES, v. 9, p. 27-40, 2009.
- SANDALO, F. *Nem eu, nem você e nem ele: o morfema relacional em hierarquia de pessoa e marcação diferenciada de objeto no Kadiwéu*. DELTA: Documentação e Estudos em Linguística Teórica e Aplicada, n. 30, 2014.
- STEELE, S. (1978). *Word order variation: a typological study*. In J. H. Greenberg, C. A. Ferguson and E. A. Moravcsik (eds.), *Universals of Human Language: IV: Syntax*, 585-623. Stanford: Stanford University Press.
- STORTO, L. (1999). "Aspects of a Karitiana Grammar", PhD Dissertation, MIT.
- STORTO, L. (2009b). Estruturas Argumentais do Karitiana. Paper presented at ABRALIN 2009.
- VELÁZQUEZ-CASTILLO, M. "Voice and Transitivity in Guarani". In: *The typology of semantic alignment*. Oxford University Print, 2008.